

ATA DA 22ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP

Data: 04 de maio de 2012 – Sexta-Feira.

Duração: das 10h10 às 20h55

1. Pauta da APAF de maio de 2012.
- GTs da APAF em andamento:
 - Revisão do Regimento Eleitoral.
 - Credenciamento de sites.
 - Avaliação Psicológica e Direitos Humanos/Escala Hare.
 - Álcool e outras Drogas.
 - Revisão da Política de Orientação e Fiscalização do Sistema Conselhos de Psicologia.
 - Pontos Financeiros.
 - Ano Temático da Avaliação Psicológica.
 - Psicologia Mobilidade Urbana e Trânsito na Perspectiva Social.
 - CREPOP – Política Indutora.
 - A Psicologia das Emergências e Desastres e a Política Nacional de Defesa Civil.
 - Comissão de Acompanhamento de Processos Legislativos.
 - Comemoração dos 50 Anos da Psicologia.

DIRETORIA:

1. Humberto Cota Verona - Presidente
2. Deise Maria Nascimento – Secretária;
3. Monalisa N. dos Santos Barros - Tesoureira

CONSELHEIROS (AS):

4. Aluizio Lopes de Brito
5. Heloiza Helena M. A. Massanaro
6. Marilene Proença R. de Souza
7. Ana Luiza de Souza Castro
8. Ângela Maria Caniato
9. Ana Paula Porto Noronha
10. Adriana Eiko Matsumoto
11. Henrique J. Leal Ferreira Rodrigues
12. Maria Ermínia Ciliberti
13. Tânia Suely Azevedo Brasileiro
14. Marilda Castelar
15. Celso Francisco Tondin
16. Flávia Cristina S.Lemos

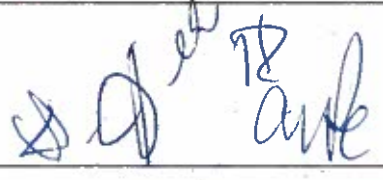
AUSENTES:

17. Clara Goldman Ribemboim
18. Márcia Mansur Saadallah
19. Sandra Maria F. de Amorim
20. Cynthia R. C. Araújo Ciarallo
21. Roseli Goffman








Humberto Verona iniciou a reunião, apresentando a justificativa dos ausentes. Disse que a diretoria estava em reunião ajustando os últimos encaminhamentos a respeito do PMK. Informou que finalmente o ofício com a decisão do plenário foi finalizado e será encaminhado, na segunda feira, dia 07 de maio, para a editora em caráter de urgência, e, então, a decisão de suspensão do teste será efetivada e publicada no SATEPSI, na próxima semana. Falou que a diretoria avaliou as várias solicitações de ponto de pauta para esta plenária, mas lembrou que o combinado é que ela seria toda dedicada à APAF. Pediu agilidade na discussão para que essa pauta seja vencida ainda neste dia e não prejudicar a pauta política, prevista para o dia seguinte. Mas caso não seja possível, os pontos de pauta serão automaticamente transferidos para a plenária de junho. Disse que se houver urgência em algum ponto, é possível pensar em uma plenária telefônica extraordinária.

A conselheira Maria Ermínia pediu esclarecimentos sobre a suspensão do ponto de pauta de Lumena sobre as questões da saúde. Considerou que alguns pontos da APAF são protocolares e que não há necessidade de discussão aprofundada. Propôs uma discussão mais aprofundada somente para os pontos que exijam uma decisão política. Ressaltou que existe uma demanda de uma série de questões que estão acontecendo e que é vinculada a vida e ao dia a dia do psicólogo que trabalha nas políticas públicas e que não pode ser uma demanda de um conselheiro isolado. Entendeu que o ponto de pauta da saúde havia sido priorizado porque havia uma dinâmica já estabelecida no Ministério da Saúde e que, a partir do segundo semestre deste ano, o país entra em processo eleitoral, e não é possível realizar mais nenhuma ação. Registrou que é fundamental à APAF, mas que algumas questões precisam ser colocadas no coletivo, e o plenário do CFP, em tese, deve dizer e dar os rumos aos psicólogos deste país. Disse que está muito difícil para o psicólogo atuar na área da saúde, pois há uma grande ausência de respostas. Exemplificou, com o caso a acupuntura, cuja prática foi proibida ao psicólogo.

A conselheira Ana Luiza Castro pediu para garantir, em algum momento na plenária do dia 05.05.2012, o ponto sobre a aprovação do programa de escuta de crianças e adolescentes, conforme deliberação da última plenária.

A conselheira Ana Paula Noronha registrou que, há duas plenárias, não se discute a avaliação dos instrumentos psicológicos.

Humberto Verona esclareceu que a participação de Lumena foi adiada a pedido da própria por incompatibilidade de agenda e que há indicação para que essa discussão aconteça na plenária de junho. Diante disso, a diretoria

2

entendeu que poderia utilizar este período para otimizar a pauta da APAF. Concordou que a vida e a dinâmica das demandas estão indo além da capacidade do plenário de se reunir e tomar as decisões necessárias. Esclareceu que em relação à acupuntura, foi feita uma orientação a todos os CRPs e se os conselheiros federais não receberam, foi um erro de estrutura do CFP. Disse que a orientação é que não há nenhum problema legal na execução da acupuntura por psicólogos, o que está em questionamento na justiça é a resolução do CFP. Então todos os psicólogos continuam atuando com essa prática. Reafirmou que o Sistema Conselhos está orientado a respeito dessa questão.

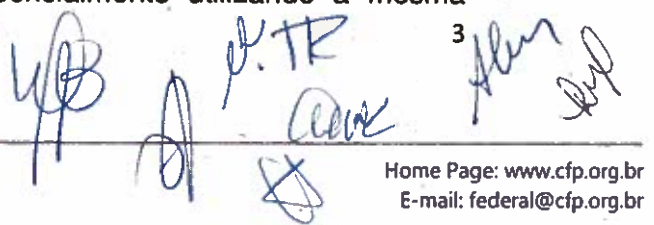
A conselheira Maria Ermínia propôs colocar essa questão em pauta. Pediu para registrar em ata que a orientação do CFP, para todos os CRPs do país, é que os psicólogos podem continuar a exercer a acupuntura. É preciso, também, deixar claro que a posição do CFP é que os psicólogos devem continuar exercendo a acupuntura e que este plenário reconhece esta prática como uma atividade do psicólogo.

Humberto Verona disse que essa questão não está em discussão, pois já foi decidido. Conferiu a proposta apresentada pela diretoria de iniciar a plenária com a pauta da APAF e tentar organizar a discussão de forma que seja possível cumprir toda ela e ainda alguns assuntos emergentes, que necessitam de decisão do plenário.

O plenário acatou a proposta, iniciando a discussão sobre os GTs da APAF em andamento.

GTS DA APAF EM ANDAMENTO:

REVISÃO DO REGIMENTO ELEITORAL. O conselheiro Aluizio resumiu o desenvolvimento das atividades do GT. Relatou sobre uma proposta apresentada, na APAF de maio de 2011, pelo CRP 15 de eleição via internet, que apreciou a proposta e criou um GT para discutir a possibilidade da eleição via internet e a atualização do regimento eleitoral, pois é necessário que ele seja atualizado um ano antes da eleição. Desta forma, o GT foi constituído e a tarefa cumprida. Na APAF de dezembro de 2011, o GT apresentou a proposta de eleição presencial informatizada, porém esta proposta foi vencida. Avaliou que faltou articulação, clareza e argumentação, salientando a necessidade de preparar melhor os pontos para serem apresentados em APAFs. Informou que foi aprovada a proposta de eleição mista via internet e correio. Explicou que na proposta, atual do regimento, o sistema abrirá 24 horas antes, iniciando às 17 horas do dia 26 de agosto, às 17 horas do dia 27 de agosto, e haverá eleição por internet nas sedes, sub sedes e seções, nas cidades em que esse recurso existir, as pessoas receberão as senhas em casa para efetuar a votação e poderão optar em votar em casa ou presencialmente utilizando a mesma



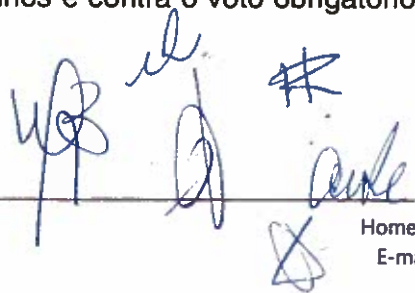
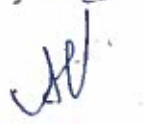
senha. As demais pessoas, que estão fora de sedes, sub sedes e sessões ou onde não for possível instalar pontos de internet votariam pelo correio. Posto isso, então, houve a atualização e inclusão dessa modalidade de eleição no regimento, bem como criado um manual que regulamenta a eleição via internet. Informou que o regimento já está 70% aprovado, e que, conforme deliberação da última APAF, a tarefa do GT era tratar dos pontos polêmicos. Quanto ao manual, não houve tempo de ser apreciado na APAF passada. Portanto, a proposta é que todo o manual e os pontos polêmicos do regimento sejam apreciados na APAF de maio de 2012.

O conselheiro Aluizio Brito esclareceu as dúvidas dos conselheiros sobre a nova modalidade de eleição, explicando os argumentos que foram colocados na discussão. Após todo esclarecimento a respeito do processo, o conselheiro fez a leitura do regimento eleitoral, destacando os pontos polêmicos. O plenário discutiu e definiu um posicionamento para cada um deles.

Segundo o conselheiro, o artigo 1º foi polêmico apenas em relação à redação, por isso é um ponto pacífico sem necessidade de discussão.

No artigo 4º§ 3º. Informou que houve a proposta do CRP 14 de aumentar a multa para metade do salário mínimo em caso de não justificativa. A sugestão do GT é manter a redação atual e discutir o valor da multa posteriormente, em resolução, caso persista alguma ideia de alteração do valor. Considerou melhor não atrelar o valor da multa dentro do regimento eleitoral. Disse que o esclarecimento é que não há anistia, por isso a resolução disciplina R\$0,01.

Humberto Verona explicou que o CFP defende uma multa simbólica, considerando que, a obrigatoriedade da eleição, não é uma boa indicação para um processo democrático. O que norteou a multa de R\$ 0,01 é a concepção de que o voto deve ser um voto consciente, político, de participação do psicólogo e que ele não deveria ser punido por não expressar sua opinião no momento da eleição. Esta tem sido a argumentação do Sistema Conselhos para manter a multa de R\$ 0,01, sendo que qualquer alteração mudaria sua lógica. Ressaltou que a obrigatoriedade do voto está definida na lei 5766/71, a qual o Sistema Conselhos fez uma proposta de reformulação que está em tramitação no Congresso Nacional, porém por uma questão legal essa obrigatoriedade não pode ser retirada da lei. Diante disso, já que o voto não pode ser facultativo, torna-se a multa simbólica. O presidente consultou se a posição plenária é de concordância com a ideia de não estabelecer punição para os psicólogos que não votarem. Caso haja concordância, deve-se manter o valor estabelecido em lei. Justificou que o valor simbólico é uma forma de expressar uma posição política de que o Sistema Conselhos é contra o voto obrigatório e a favor do voto facultativo.



A conselheira Maria Ermínia questionou se é possível regular valor de multa para questões eleitorais, já que o Sistema Conselhos não pôde estabelecer anuidades. Questionou, ainda, se existe algum dispositivo legal que define o valor da multa.

O conselheiro Celso Tondin interrogou sobre a garantia e segurança dessa eleição com utilização de senha. Considerou que a votação via correio é uma forma mais democrática e segura.

O conselheiro Aluizio disse que nenhum sistema é seguro. Explicou que, para efetuar a votação, o sistema pede CPF, CRP e senha, o que dificulta fraude. O sistema prevê também uma auditoria externa para antes, durante e depois da eleição. Avisou que em outro momento será preciso discutir sobre os custos para contratação de uma empresa de auditoria.

Em relação à multa eleitoral, o assessor jurídico do CFP, dr. Fernando, esclareceu que a lei 5766 tem um dispositivo que prevê uma multa eleitoral. Relatou que já houve, anteriormente, essa discussão durante a gestão da psicóloga Ana Bock, e o sistema resolveu, por bem, não aplicar essa multa prevista na lei e por decisão da APAF foi fixado o valor simbólico de R\$ 0,01, o que gerou outra discussão. Vários psicólogos faltavam às eleições e deixavam de votar e tornou-se um problema cobrar a multa de R\$ 0.01. A solução encontrada na época foi aceitar a justificativa a qualquer tempo e de qualquer modo para deixar de aplicar a multa de R\$ 0,01. Porém, o assessor jurídico ressaltou que, o fato, é que há um valor de multa prevista na lei e, por decisão de APAF, o CFP está deixando de aplicar um dispositivo legal.

Humberto Verona completou o esclarecimento com a leitura do parágrafo único do artigo 25 da lei 5766.

A conselheira Monalisa Barros salientou que há vários pontos da lei 5766 que não estão sendo cumpridos por deliberação de APAFs. Disse que, recentemente, houve um parecer de um juiz dizendo que as mudanças feitas pelo CFP são no sentido de avançar no processo democrático e, portanto, não havia cabimento quanto ao questionamento feito por um psicólogo a respeito das eleições diretas e do processo eleitoral do Sistema Conselhos.

Dr. Fernando explicou que foi uma sentença da Justiça Federal do DF que questionava a eleição para o conselho federal, pois a lei prevê eleição direta apenas para os conselhos regionais, e estes, por sua vez, elegem os membros do conselho federal. Porém o juiz acatou a tese de defesa do CFP de que não há eleição para o conselho federal e, sim, uma consulta junto à categoria, que depois é ratificado na assembleia de delegados. Em relação à fixação do valor da multa de R\$ 0,01, o assessor disse que, embora nunca tenha havido nenhuma discussão dos órgãos de controle, o conselho pode ser eventualmente questionado. Disse que a solução encontrada é de aceitar a

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

justificativa, mesmo que, a posteriori e por qualquer meio, seja suficiente para não cobrar a multa.

O presidente Humberto Verona considerou que esse detalhe deverá ser levado à APAF.

A conselheira Monalisa questionou se já houve algum processo para ser cobrado a mais. Disse que a legitimidade está garantida até nessa sentença, na qual o juiz avaliou todo o procedimento eleitoral utilizado pelo Sistema Conselhos, inclusive o valor da multa.

Humberto Verona sugeriu reforçar na APAF um rigoroso processo de controle das justificativas. O CRP precisa identificar a ausência do psicólogo e fazer várias buscas desse profissional a fim de obter a justificativa, pois caso não haja, os gestores poderão ser responsabilizados.

O conselheiro Aluizio registrou que essa é uma questão importante, mas não consta no regimento eleitoral. Ponderou ser necessário que o CFP leve à APAF a proposta de redação para a questão.

O conselheiro Aluizio organizou o encaminhamento: Levar à APAF a proposta de inclusão no regimento eleitoral da obrigatoriedade da justificativa da ausência do voto, não havendo justificativa cobrar a multa conforme consta na lei. Explicou que, o que antecede o 1%, é a obrigatoriedade da justificativa, em não havendo, entra a resolução de R\$ 0,01.

Dr. Fernando comentou que R\$ 0,01 é um valor que não tem como ser executado judicialmente. Esse processo é economicamente inviável. A nova lei que fixou o valor das anuidades prevê que os conselhos regionais acumulem 4 anuidades para executar o valor. Considerou que a solução é a justificativa.

O conselheiro Aluizio considerou que a proposta do CRP 14 não se justifica. Se não for fixado o valor de R\$ 0,01, deve ser cumprido o que está na lei. A decisão que este plenário deve tomar é manter R\$ 0,01 ou cumprir o que está na lei. E não faz sentido discutir outro valor.

Para manter a coerência que norteou essa discussão, Humberto Verona defendeu a posição de que todo o Sistema Conselhos assuma, na APAF, o compromisso de a justificativa ser uma prioridade. Manter o valor de R\$ 0,01 para os casos de não justificativa, mas buscar flexibilizar o máximo possível os recursos de justificativa. Disse que é preciso deixar bem claro, na APAF, a importância da decisão política de manter R\$0,01, por considerar que a obrigatoriedade não é a melhor opção, mas também para que os gestores fiquem resguardados quanto a qualquer processo. Reforçou a necessidade de um rigoroso controle das justificativas. Que todos os conselhos regionais, assim que finalizada a eleição, peguem a relação dos faltosos e imediatamente

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below.]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature and the number 6.]

providenciem as justificativas. O presidente disse que, para essa questão, há duas possibilidades: uma é estabelecer a obrigatoriedade de todo o Sistema conselhos cobrar R\$ 0,01 no boleto seguinte do psicólogo que faltou a eleição e outra é a obrigatoriedade da justificativa.

O conselheiro Aluizio pediu à COTEC para deixar em destaque o artigo 25 da lei 5766, para ser levada para APAF e evitar uma discussão sobre valores. Ou é o valor simbólico ou o valor estabelecido na lei.

Dr. Fernando esclareceu que o argumento a ser usado perante o Tribunal de Contas é que a nova lei de anuidade prevê o acúmulo de 4 anuidades para executar a multa em juízo. Então, seria válido usar o argumento de que um salário mínimo não poderá executar a ação, porque está abaixo do valor previsto na lei, tendo que acumular 4 eleições para executar esse valor. Isso não implica também dizer que não deveria ter cobrado do psicólogo administrativamente.

A conselheira Flávia Lemos questionou sobre o que o Sistema Conselhos poderia fazer com esse dinheiro oriundo de multas, se fosse cobrado o valor de um salário mínimo.

Humberto Verona respondeu que o dinheiro iria para o caixa do Sistema Conselhos. Disse que o conselho não tem controle sobre uso político, mas se houver ação judicial, a primeira defesa é a própria lei que criou as anuidades, que fala de um valor mínimo para se abrir uma ação, sendo que esse valor mínimo implicaria em pelo menos 4 eleições para se ter um valor de cobrança judicial. É uma justificativa para um primeiro momento, mas não impede de os gestores serem responsabilizados. Pela proposta do conselheiro Henrique é defender o rigor da cobrança da justificativa e caso não consiga essa justificativa, os CRPs deverão cobrar a multa no valor de R\$ 0,01, no boleto da próxima anuidade.

A conselheira Maria Ermínia apontou que existe uma incoerência política, que não é do CFP, mas, sim, da própria legislação, que não obriga o psicólogo a votar, mas o obriga a justificar. Por isso considerou necessário aprovar na APAF um documento que esclareça os psicólogos sobre essa legislação do país, em que medida e o porquê dessa exigência do conselho. Que essa decisão seja uma orientação única e que o CFP deixe claro que defende o fim do voto obrigatório.

Após discussão foram acordado os seguintes encaminhamentos para o artigo 4º § 3º.

- Propor, na APAF, um acordo para empreender esforços para buscar a justificativa de ausência em pleito eleitoral, que deve ser incluída na

pasta do Psicólogo. (Se o psicólogo não justificar sua ausência, o CRP deve cobrar R\$0,01 de multa, no boleto da próxima mensalidade);

- CRP Elaborar a relação dos faltosos e buscar a justificativa no prazo legal;
- Justificativa pautada no ART. 25 § único LEI Nº 5.766/71.
- Propor, na APAF, a elaboração de um comunicado que esclareça aos psicólogos o porquê dessa decisão: solicitar justificativa sobre a ausência na eleição ou cobrar multa. Afirmando nossa posição de que a participação na eleição deveria ser não obrigatória. Mudando a legislação do País podemos fazer valer nossa posição.

O conselho Aluizio disse que houve uma polêmica inicial em relação ao artigo 7º § 3º, porque alguns conselhos regionais sugeriram a mudança do dia 27 de agosto para sábado, com o argumento de que se essa data caísse em um dia útil, os psicólogos poderiam ficar impossibilitados de votar. Porém, com a aprovação da eleição via internet, essa questão foi automaticamente resolvida e manteve-se o dia 27 de agosto como o dia da eleição.

O próximo ponto polêmico: Artigo 8º inciso V. O conselheiro Aluizio explicou a sugestão do GT de incluir, na redação, "declaração de próprio punho do candidato", porque, se existir, de fato, alguma omissão por parte do psicólogo, ele estaria impedido de ser candidato. Disse que se uma pessoa dá uma declaração de próprio punho, entende-se como uma questão de fé pública, mas do jeito que está, obriga a comissão averiguar. Uma declaração de próprio punho faz com que a pessoa se comprometa ainda mais. Considerou que o ponto não é polêmico, a inclusão foi apenas para melhorar o texto.

A conselheira Maria Ermínia sugeriu fechar a posição de uma disposição política de adequar e bancar as novas legislações da lei ficha limpa.

O ponto foi concluído com a sugestão da delegação do CFP, se for o caso, ampliar essa discussão e avançar na direção do que prevê a ficha limpa.

Seguiu-se para o artigo 9º, inciso III. Humberto leu o artigo e expôs a proposta do GT que é de retirar do texto a palavra "renúncia".

O plenário discutiu e concordou em defender a proposta do GT.

O conselheiro Aluizio apresentou as divergências relacionadas ao artigo 32º § 3º, que diz respeito aos horários de votação. Disse que este plenário precisa decidir se vota pelo período que compreende das 17 horas do dia 26 de agosto às 17 horas do dia 27 ou se mantém o texto conforme sugestão do GT: - Os horários para votação nos postos de coleta de votos devem ser distribuídos ao longo do dia, no período compreendido entre 8h da manhã e término às 17h da

8

tarde, respeitados os fusos horários das diversas regiões do país, de forma a possibilitar o comparecimento dos diversos eleitores.

I – O horário para votação terá início no dia 26 de agosto, às 8h da manhã e será encerrado às 17h do dia 27 de agosto, respeitados os fusos horários locais.

O conselheiro Henrique considerou a redação confusa. Enquanto o § 3º deixa bem definido o horário, no item I fica confuso, não deixando claro que esse horário de votação é apenas para eleição via internet.

O conselheiro Aluizio concordou, o plenário discutiu e acordou a seguinte redação para ser apresentada na APAF como proposta do CFP:

- Os horários para votação nos postos de coleta de votos devem ser distribuídos ao longo do dia 27 de agosto, no período compreendido entre 8 h da manhã e término às 17h da tarde, respeitados os fusos horários das diversas regiões do país, de forma a possibilitar o comparecimento dos diversos eleitores.
- I – O horário para votação fora do posto de coleta de voto terá início no dia 26 de agosto, às 8h da manhã e será encerrado às 17h do dia 27 de agosto, respeitados os fusos horários locais.

O conselheiro Aluizio disse que o manual da eleição, que é um anexo do regimento, não foi apreciado nem pela APAF nem pelo plenário. Pela sua avaliação, considerou como único problema o custo da eleição, para o qual foi definido por alguns conselhos regionais, antes da decisão de ser por internet, que o custo da eleição geral seria 25% para o CFP e o restante para os regionais. Notou que nesse modelo fica bom para o CFP, mas agora será feito um programa de alto custo e que precisa ser urgente. Será necessário contratar uma empresa para fazer o programa e outra para auditoria para atender todo o país. Nesse caso, considerou interessante se for aprovada a proposta de 25% do custo para o CFP e assim o CFP não bancará o programa sozinho. Ressaltou que, com esse novo programa, o custo ficará alto para os CRPs. Informou que todas as questões da propaganda e dos direitos das chapas já estão disciplinadas no regimento, bem como a informação de que terá boletim online.

A conselheira Monalisa sugeriu ao conselheiro Aluizio fazer um resumo do manual e enviar por e-mail aos conselheiros.

O presidente sugeriu a leitura do manual a todos os conselheiros, ainda neste dia se possível, para que no segundo dia desta plenária seja feita as alterações se houver necessidade.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'WFB', 'el', 'R', '9', 'J', 'cel.', 'M', '47', 'dan', 'dup']

O conselheiro Aluizio solicitou ao NAOC o envio do manual aos conselheiros, via e-mail, ainda neste dia.

A conselheira Ângela Caniato falou da falta do ponto da Formação na pauta da APAF, lembrando que, conforme definido no planejamento estratégico, o GT Formação faria um documento a partir da oficina, que aconteceu dia 23 de março, e esse documento seria levado a APAF para ser aprovado, difundido junto aos CRPs, divulgado no site do CFP para consulta pública e ser divulgado no CNP de 2013.

Humberto Verona entendeu que se trata de um informe, devendo ser levado para reunião entre presidentes. Explicou que documento posto em consulta pública não pode ser aprovado em APAF, mas pode ser indicado aos regionais para que participem do processo e da discussão do documento. Disse que apresentará a sugestão para os presidentes levarem o documento para ser apreciados pelos plenários e caso haja a necessidade de aprovação de algum texto, este poderá ser feito na APAF de dezembro de 2012.

Encaminhamento acordado para o GT Formação:

- Levar, como informe, documento elaborado pelo GT Formação para a reunião de presidentes, para que seja encaminhado para avaliação de todos os regionais e depois ser apresentado no VIII CNP.

CRENCIAMENTO DE SITES. O conselheiro Aluizio explicou que a resolução sobre credenciamento de sites disciplina os serviços de orientação via internet, sendo uma atualização da resolução hoje vigente. Relatou que ela entrou na pauta da APAF em dezembro de 2008 e que, como é um assunto muito incomum na vida dos conselhos, a APAF foi sempre protelando essa discussão. Ela já vem de dois plenários, sendo que cada plenário se sente pouco informado para discutir o tema e sempre pede mais tempo ou leva para o GT. Relatou, enfim, que saiu uma resolução atualizada com as contribuições de dois plenários. No texto da resolução não há muito o que ser apreciado, pois é muito técnico e não há ponto polêmico, apenas um que foi retirado, sendo necessário discuti-lo, pois poderá voltar à APAF. Considerou que o artigo mais importante é o que trata do atendimento via internet. Disse que a minuta da resolução está sendo apreciada pelos CRPs, como foi decidido na última APAF e que deverá ser aprovada na APAF de maio de 2012. Falou que a discussão colocada é a respeito da psicoterapia e que o CFP foi muito procurado para esclarecer se a psicoterapia online é permitida ou não. A resolução atual diz que não é permitida, e, na minuta da resolução, que está sendo apreciada, esse tipo de psicoterapia também não é contemplado. Segundo o conselheiro, o GT entendeu que é melhor separar a psicoterapia e não fazer essa discussão e disse que existe uma proposta de regulamentar a psicoterapia. Quando houver essa discussão, deve-se incluir também a psicoterapia online.

10

Ressaltou que não é possível fazer a discussão da psicoterapia online dentro da resolução. Leu o artigo 1º e destacou três pontos dentro dele que precisam ser discutidos: se o CFP irá propor a regulamentação da supervisão online, o número de atendimentos e o terceiro ponto é que a psicoterapia online está disciplinada no texto da resolução em caráter experimental, somente é autorizada enquanto pesquisa.

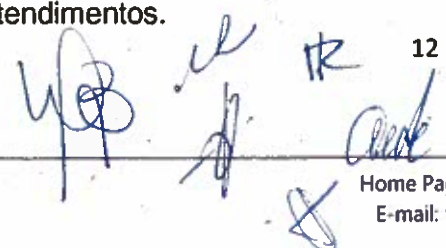
A conselheira Maria Ermínia defendeu a permissão de qualquer trabalho psicológico por internet. Expressou que gostaria de fazer um debate muito claro, pois não sabe como fazer essa separação e, considerando que é uma questão da APAF, o CFP deve apresentar uma discussão mais avançada, capaz de responder à categoria. Comentou que as outras categorias já estão avaliando como regulamentar essa questão sobre o prisma da violação do que é contratado com o usuário, e não, a princípio, mudando o enfoque para reserva de mercado de pesquisa. Segundo a conselheira, nenhum trabalhador, hoje, consegue se registrar para fazer pesquisa no CONEP se não estiver vinculado à academia ou a determinados trabalhos acadêmicos. Considerou que esta poderá ser uma discussão difícil e que precisa ser resolvida do ponto de vista do usuário do serviço da psicologia.

O conselheiro Henrique Rodrigues ponderou que a história da psicoterapia não é um problema por ser via internet e online, e, sim, porque até hoje o CFP não conseguiu se posicionar de forma eficaz perante a categoria. Questionou qual o posicionamento em relação ao que este plenário entende por psicoterapia, práticas psicológicas e qual o posicionamento frente a essa realidade, que não é exclusivista. Considerou que esta é a primeira questão fundamental a ser tratada, e, a segunda, é que, quando se pensa em psicoterapia online, associa-se ao atendimento por telefone e o profissional se apresenta como terapeuta ou psicanalista, não como psicólogo. Salientou que esse fato vem ocorrendo e não há como o conselho agir ou impedir essa prática, pois basta o profissional não colocar o número do registro do CRP e dizer que não é psicólogo. Questionou como se posicionar frente aos psicólogos registrados, já que não é possível fazer nada com aqueles que não se colocam como psicólogos. Essa é uma questão que precisa ser pensada, refletida, para se chegar rapidamente a uma conclusão. Disse que há pessoas defendendo a psicoterapia exclusiva para psicólogos, outras defendendo a psicoterapia online e o CFP está sendo rebocado nessa discussão. Em relação à discussão sobre supervisão, comentou que não há problemas quando se faz uma supervisão para uma orientação, mas quando se fala em supervisão para psicólogos, questionou se haverá o direito de fazer essa supervisão clínica via internet. Disse que supervisão clínica e psicoterapia ou ação clínica e análise clínica é muito similar, só muda um pouco a questão da ênfase, em vez de se trabalhar com o paciente, trabalha com aquele que trabalha com o paciente. Então supervisão para psicólogos não pode ser, ou é supervisão para aqueles

que trabalham nessas égides pautadas, exceto clínica ou então não coloca supervisão, porque senão se cria mais uma questão ambígua e estranha na resolução. Comentou que mais uma vez o CFP não tomou uma decisão em relação a uma questão que já está colocada no campo.

A conselheira Tânia Brasileiro citou a questão da educação à distância, ponderando que também a psicoterapia online é uma situação irreversível, levando em consideração a atual sociedade informatizada. Nesse sentido, a academia também está incorporando as defesas de teses, dissertações por meio virtual, salientou que a distancia é apenas física. Em relação à psicoterapia online, considerou aprofundar e sistematizar certos critérios para garantir que esse tipo de atendimento seja realmente uma sessão de atendimento psicoterápico e de supervisão à distância. Sobre essas questões, disse que o CFP não pode mais se omitir, deve enfrentá-las e regulamentá-las. Reforçou que é um processo irreversível, se não houver decisão, o psicólogo perderá esses espaços ou usará duplamente a própria profissão para não sofrer punição. Considerou necessário pensar concretamente sobre essa questão e fazer uma quebra de paradigma da necessidade da presença, pois esta não garante qualidade. Concordou com a supervisão profissional, mas não com a supervisão inicial, e disse que é preciso que estejam definidas as ferramentas tecnológicas mínimas que possam garantir o vínculo afetivo para o profissional que optar trabalhar dessa forma. Explicou que fazia parte do GT assim que ele foi criado e, por algum motivo, deixou de ser membro. Reivindicou sua volta ao GT. O pedido foi acatado e a conselheira foi incluída no GT avaliação de sites.

O conselheiro Aluizio Brito disse que defende a psicoterapia, mas que não deveria ser colocada dentro da resolução, pois se trata de um conjunto maior de questões e poderá impedir que a APAF aprecie e mais uma vez a resolução não ser votada. Disse que o CFP está numa lógica inversa; o conselho federal é instância julgadora e atualmente está na posição de avaliar e fiscalizar os sites, sendo este um trabalho dos conselhos regionais. Então esta resolução corrige esse erro e define que os CRPs irão avaliar e fiscalizar os sites. Concordou com a discussão de que o CFP precisa rever o posicionamento da psicoterapia online e quem sabe da psicoterapia como um todo. Propôs não esgotar essa discussão e deixar todo o conjunto de argumento para um ponto específico e se for o caso, até para uma resolução sobre psicoterapia online. Pediu novamente para não atrelar a questão da psicoterapia com a resolução, para não prejudicar a apreciação e aprovação da resolução. Ressaltou que, neste momento, é preciso decidir se o CFP é favorável à supervisão online e definir o número de atendimento, mesmo no caráter que está posto de orientação psicológica, profissional, psicopedagógica que hoje a própria resolução não estipula; é disciplinada por uma instrução normativa interna do CFP que estabelece 10 atendimentos.



A conselheira Marilda Castelar pediu esclarecimento sobre uma resolução mais enxuta elaborada pelo CRP 06, a qual a proposta é fazer um manual que coloque todo o detalhamento contido na resolução elaborada pelo GT. Considerou interessante a proposta de um manual de credenciamento público e que pode ser até mais detalhado que a resolução do GT, pois dessa forma fica mais ágil e prático. Reforçou também a necessidade de pautar na APAF um ponto para dar continuidade a essa discussão. Considerando que essa discussão está parada e necessitando de solução, sugeriu que a questão da psicoterapia entre no cronograma para as próximas APAFs, como um ponto permanente.

O conselheiro Aluizio Brito esclareceu que o CRP 06 encaminhou uma proposta resumida em 4 páginas, sendo que em duas delas é abordado toda a disciplina da resolução, inclusive a psicoterapia em caráter experimental. Disse que essa proposta muda a lógica da discussão e que não contempla tudo. Comentou que o CRP 06 encaminhou a proposta na semana passada para o GT apreciar, porém não há tempo hábil para isso. Considerou um problema, pois se o GT não avaliar, o CRP 06 levará para APAF e as resoluções vão se chocar. Disse que o GT fará uma reunião telefônica para tentar apreciar essa proposta e que não vê problema colocar tudo na manual, mas para isso é preciso que o GT se reúna.

A conselheira Maria Ermínia refletiu que cada vez que o CFP se vê diante de uma dúvida, encontra um jeito de operar com a categoria, que é o jeito de proibir, e considerou que deveria ser um jeito de permitir. Comentou que houve o ano da psicoterapia e que não houve avanço. Opinou no sentido de que não é necessário estabelecer número de sessões, mas é preciso profissionais que tenham clareza e respondam com a responsabilidade da inscrição no sistema sobre aquilo que vai falar e conforme a situação, ele avaliará o número de supervisão de forma que garanta a qualidade. Concordou que é preciso avançar e mostrou preocupação de a questão ficar parada em algum detalhe da resolução APAF. Entendeu que para o *tensionamento* político é preciso discutir o macro, pois o detalhe poderá colocar o conselho em fragilidade nessa APAF.

O conselheiro Henrique ponderou que essa resolução tem uma importância muito grande para agilidade do que foi proposto, que é o credenciamento de sites. Se o GT não conseguir encaminhar a questão, ela ficará presa e o CFP terá que continuar a fazer tarefas que cabem aos CRPs. Para os CRPs cumprirem suas tarefas, disse que são necessários alguns eixos e parâmetros, e a resolução aponta na direção de parâmetros fundamentais para avaliação de sites. Em relação ao número de sessões, considerou importante definir o número, até mesmo como uma questão metodológica para ser avaliada. Defendeu a manutenção do número de 10 sessões, já que esse é

um projeto em avaliação, dependendo do andamento o número poderá ser alterado futuramente. Sugeriu colocar supervisão não clínica, ou retirar ela da resolução, pois a diferença entre supervisão e psicoterapia em alguns momentos é muito tênue, principalmente para quem trabalha em clínica. Considerou que deve ser colocada supervisão desde que seja ligada aos determinantes expressos na resolução e que é necessária uma definição urgente.

A conselheira Tânia Brasileiro considerou que a definição do número de sessões deve ser a partir da abordagem e do tipo de psicoterapia adotada para o procedimento em questão, para não ser arbitrário.

O conselheiro Henrique disse que essa resolução não trata de psicoterapia; trata, antes, das sessões referentes ao que está pautado na resolução; orientações de atendimento de orientações psicológicas que são restritos.

A conselheira Marilda defendeu uma flexibilização maior de até 20 sessões. Considerou importante flexibilizar tudo que puder nesse campo, para poder caminhar no avanço dos novos tempos. Disse que a psicoterapia só não está posta na discussão, neste momento, em função da dificuldade das posições mais tradicionais. Ressaltou que é preciso o compromisso deste plenário de continuar discutindo a questão e que há uma grande interiorização da profissão, onde muitos psicólogos não têm acesso ao supervisor e precisam de orientação para atuar adequadamente evitando cair em falta ética. Então o sistema conselhos precisa oferecer esse apoio e esse pode ser um argumento importante na defesa dessa resolução, da forma mais flexível possível. Disse que é preciso que a discussão sobre a psicoterapia continue em debate e apoiou a proposta enxuta do CRP06 com um manual.

A conselheira Ângela Caniato expôs sua perplexidade em relação ao que foi colocado sobre atendimento psicoterápico online. Falou sobre o vínculo e questionou como ele se estabelece numa psicoterapia online. Diante de sua perplexidade, a conselheira avisou que se omitirá de qualquer votação nesse sentido.

A conselheira Flávia Lemos disse que de uma forma prática é preciso definir os critérios mínimos para utilização dessas ferramentas e como estabelecer o vínculo inicial. É preciso definir regras para essas questões. Ponderou que a questão semipresencial pode ser uma ponte, uma transição para não radicalizar e ir regulamentando.

Pela fala dos conselheiros, o presidente Humberto entendeu que o tema da psicoterapia deve ser abordado, incluindo a discussão da mediação da tecnologia, mas fora dessa resolução. Entendeu que foi acordado de a

discussão ser levada à APAF como proposta do CFP, sem a psicoterapia e propor no ponto da psicoterapia a criação de um GT para discutir o assunto, incluindo as novas tecnologias.

A conselheira Deise Nascimento apontou a necessidade de definir a posição que o CFP irá defender na APAF em relação à resolução. Defender-se-á a minuta da resolução mais ampliada e detalhada, apresentada pelo conselheiro Aluizio ou a proposta mais resumida do CRP 06 com o manual.

O conselheiro Aluizio concordou e acrescentou que a proposta do CRP 06 não fala em manual, este plenário que está propondo inseri-lo, pois a resolução sem manual poderá gerar um caos. Apresentou os cinco pontos do artigo 1º da proposta do CRP 06 e falou que a essência da resolução está dentro desses 5 pontos. Apesar de ser um texto melhor organizado, disse que está muito generalizado, sendo necessário discipliná-lo. Apontou que o maior problema da resolução do CRP 06 está no item 1, 4 e 5 do artigo 1º e o restante é consenso. Explicou que na proposta do CRP 06 o item 4 e 5 são pontos novos e o item 1 amplia muito, sendo melhor detalhada na resolução do GT. Outra divergência é em relação ao número de atendimentos; CRP 06 coloca 20 e o GT 10. Considerou ser possível fazer essa construção com o CRP 06, pois se ele aceitar incluir o manual como anexo, contempla todos os procedimentos que o CFP está querendo garantir nos conselhos regionais

A conselheira Maria Ermínia disse que esse texto é o mesmo de cinco anos atrás, e foi feito em cima de demandas oriundas da categoria. Disse que há necessidade de avançar, construir consenso e uma possibilidade de não impedir a psicoterapia online, bem como é necessário consenso entre os CRPs a respeito da infraestrutura para avaliar os sites. Expôs que a questão é utilizar todas as resoluções para esclarecer o que o psicólogo pode ou não fazer. É preciso também que a resolução seja aprovada da maneira mais simples possível e que se crie um GT para aprofundar a questão da psicoterapia.

Após debate e esclarecimentos, as propostas foram colocadas em votação. A proposta do CRP 06 acrescida do manual como anexo foi aprovada, com abstenção da conselheira Ângela Caniato.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E DIREITOS HUMANOS/ESCALA HARE. A conselheira Ana Paula apresentou o ponto lembrando que a tarefa dada pela última APAF era dar continuidade ao GT para construir os critérios com base nas alterações da resolução 002/2003, que agora é 005/2012. Critérios pelos quais os testes passariam a ser também avaliados com vistas à inclusão dos artigos que abordam os direitos humanos. Disse que foram poucos os encaminhamentos até o momento, e que o grupo mudou de nome, passou a ser Avaliação Psicológica e Direitos Humanos e não mais Escala Hare. Relatou que foi realizada uma reunião presencial com participação de todo o GT,

formado pelos CRPs 01, 03, 05, 06, 07, 09, 11, 14 e 17 e CFP. Foi feito uma agenda de trabalho que consistiu de uma telereunião e de uma reunião presencial. Para a telereunião, o trabalho do grupo era apresentar sugestões de critérios que atendessem e estivessem em consonância com o novo texto da resolução (005/2012). Foi combinado que todos os conselhos regionais, mesmo aqueles que não fazem parte do grupo, seriam consultados e convidados a pensar e elaborar critérios. Também foi sugerido fazer esse convite à comissão consultiva. Na telereunião que aconteceu na semana passada, nenhum conselho apresentou a tarefa, apenas a comissão consultiva apresentou sugestões; então foi dado um prazo até o dia 09 de maio. Com isso, a reunião presencial foi substituída por uma telereunião e até essa data espera-se que os CRPs cumpram a tarefa e apresentem propostas para finalizar os critérios. Expressou uma baixa expectativa em relação a esse trabalho, pois o andamento dele está em ritmo muito lento e percebeu pouco envolvimento por parte dos CRPs. Diante disso, questionou se é adequado apresentar na APAF critérios que foram tão pouco discutidos. Disse que essa questão será debatida na telereunião do dia 09.05. Caso haja um produto ainda muito incipiente, consultou sobre o que fazer; levar para APAF dessa forma ou pedir uma prorrogação.

O presidente Humberto Verona respondeu que precisa ser feita uma negociação com o GT, e se este for convencido de que é preciso apresentar na APAF um documento mais elaborado, deverá, então, chamar atenção dos CRPs, na APAF, pelo não envolvimento, o que dificultou um trabalho melhor qualificado do GT e repactuar o compromisso com os conselhos regionais de subsidiar o GT com mais argumentos para que ele possa apresentar a proposta na APAF de dezembro de 2012.

A conselheira Ana Paula informou que, além dessa tarefa, a APAF decidiu que a Escala Hare deveria receber o parecer de dois novos membros: Pedro Paulo, como coordenador da Comissão de Direitos Humanos, e Adriana Eiko, como coordenadora do trabalho do sistema Prisional. A conselheira Adriana Eiko pediu licença e houve a indicação da Silvana do CRP 02, para substituta, porém ainda não respondeu. Informou que a COTEC providenciou um levantamento de quantos pareceres a Escala Hare já recebeu desde o início da sua história e certificou-se de que existem sete pareceres. Apresentou a conclusão de cada um deles e considerou importante mostrar na APAF esse resgate histórico do que já foi feito em relação à Escala. Salientou que todo esse material deverá ser avaliado pelo GT e um parecer será feito em dupla pela Silvana e Ana Lúcia Francisco.

O presidente Humberto Verona disse que é preciso aguardar, pois, até o dia 09.05, o GT deverá avaliar se tem contribuição suficiente para apresentar uma proposta na APAF de maio. Assim, se pode solicitar a manutenção do GT

e prorrogação de prazo, para que a proposta seja apresentada na APAF de dezembro de 2012. Lembrou que o último dia para remessa de material para a APAF é dia 11 de maio.

ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS. A conselheira Heloiza Massanaro relatou que o GT realizou algumas reuniões telefônicas e teve certa dificuldade em trabalhar esse ponto, no início do ano. Na última tele-reunião foi percebida a necessidade de uma reunião presencial para acertar algumas questões. Nesta reunião foi apreciada a proposta oriunda da APAF e priorizado três pontos específicos. Disse que uma questão fundamental apresentada pelo GT foi resgatar a função inicial dele, que é tratar de uma campanha midiática e que o grupo retomou essa tarefa com muita vontade de fazer essa discussão na mídia e no primeiro momento já na mídia global. A partir disso, foi pontuando as dificuldades dos valores, as ações já desenvolvidas e foi resgatado o briefing. Disse que houve certa divergência em relação aos valores, considerando possível que esse assunto seja posto na APAF. Relatou que o grupo trabalhou no sentido de negociar com os CRPs para que cada um procure abordar a questão nas mídias locais e enviar sugestões até junho. O GT discutiu também a resolução do CRP 04, que trata do cadastramento das PJs nas comunidades terapêuticas, destacando a importância de se ter um documento norteador, visto que a política pública já adotou e há vários profissionais atuando nesses espaços. Diante disso, surgiram diversos questionamentos e divergências dentro do GT. Relatou que outra questão discutida foi em relação à produção de defesa comum para subsidiar despesas com os possíveis processos que os CRPs poderão sofrer ou que já estejam sofrendo motivados pela questão das PJs e pelo próprio relatório que o CFP divulgou. O entendimento do GT foi de que nem CFP e nem conselho regional processado deverá assumir os custos sozinho e que é preciso pensar em uma conta especial para essas ações em que todo o Sistema Conselhos pagará. A proposta do GT é que se crie um fundo específico para pagamento dessas despesas, pois o enfrentamento é coletivo. A conselheira disse ainda que houve uma discussão sobre a Frente Drogas e Cidadania, a partir de um questionamento específico do CRP 09. Primeiro foi questionado a forma com que ela foi formada e pontualmente questionou a agenda da Frente que consta a Marcha da Maconha, informando que não participará e nem apoiará essa discussão. A conselheira Heloiza alertou para a possibilidade desse assunto ser colocado na APAF. Informou que participou da última reunião da Frente que aconteceu em Belo Horizonte, na qual nem todas as entidades filiadas participaram, mas compareceu um grupo significativo que deu andamento as discussões iniciadas em São Paulo e concluindo as questões relacionadas ao dia 02 de maio, dia Nacional de Luta pela Cidadania, Dignidade, Direitos Humanos na Política sobre Drogas. Na discussão foi avaliado que a ação em Brasília estaria prejudicada, mas, mesmo assim, o grupo preferiu manter em

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'JIO', 'P.', 'M.', 'C.F.P.', and '44']

função dos prejuízos políticos que poderiam ter caso a ação não acontecesse. Decidiu que essa ação seria uma visita aos gabinetes, sendo que para isso produziu-se um documento, do qual o CFP responsabilizou-se pela impressão. A conselheira informou que o documento foi distribuído. Falou que outra ação desenvolvida foi um debate online no dia 03 de maio de 2012. Listou os participantes e disse que houve 1.215 pontos de contatos. Ao final, considerou-se que a proposta da Frente é o debate e que provavelmente outros debates onlines seriam muito interessantes.

A conselheira Monalisa Barros considerou que esse ponto poderá ser crucial na APAF, pois há os CRPs 01, 09 e 15 favoráveis as comunidades terapêuticas, dizendo que o CFP é muito radical e os CRPs 05 e 07 dizendo que é radical de menos. Então é necessário que a delegação do CFP chegue à APAF bem preparada e amparada pelo planejamento estratégico, que foi construído coletivamente. Propôs a elaboração de um quadro comparativo mostrando as ações realizadas e as que estão ainda por fazer, dentro do planejamento estratégico, pois dessa forma já evita muitas críticas. Ponderou que é importante também deixar claro o quanto o posicionamento do CFP já provocou avanço. Atentou para a necessidade de uma aproximação do GT com Pedro Paulo, pois ele tem dados sobre o assunto que precisam ser apresentados para este plenário. Disse ainda sobre a necessidade de compilar todas as informações para mostrar que o posicionamento do CFP tem uma lógica que foi alimentada por um consenso construído e compartilhado no planejamento estratégico, que teve uma série de ações radicais dentro do que estava sendo deliberado no coletivo do Sistema Conselhos e que o cumprimento de algumas questões resultou em alguns avanços nessas áreas. Sugeriu preparar uma apresentação que possa desarmar os argumentos que poderão aparecer dos dois lados.

A conselheira Maria Erminia entendeu que esse GT deve ser encerrado e que o Sistema Conselhos precisa decidir se participará ou não da Frente e deixar claro essa decisão na APAF. Concordeu que o CFP avançou, mas precisa ter cuidado com as radicalidades. Disse que o CFP precisa se organizar, caso decida participar da Frente e indicar uma pessoa que tenha disponibilidade para cuidar dela e manter o plenário informado. Considerou que, a questão do ponto de vista do CFP, é buscar regulamentar a rede psicossocial, um trabalho para os próximos dois anos. Em relação à Marcha espera que o CFP respalde, pois já houve críticas de que o CFP é a favor da marcha e de toda manifestação de expressão, mas que não debateu a descriminalização ou a legalização da maconha enquanto uso da droga. Disse que é preciso deixar claro, pois o CFP está perdendo espaço nos estados para montar a Frente com discussões que são internas ao conselho, sendo necessário separar as coisas. Caso surja a questão da Marcha da Maconha na APAF, a conselheira considerou que deverá ser outro ponto de pauta. Sugeriu

fazer um quadro das grandes discussões nos conselhos de políticas públicas e nas conferências e um quadro comparativo do que já avançou.

A conselheira Adriana Eiko concordou que é preciso potencializar os questionamentos a respeito da possibilidade de uma resolução sobre PJs, considerando que um dos argumentos que pode vencer a resistência da ala mais crítica é dizer que não há previsão legal para o Sistema Conselhos não acatar registros de PJs para comunidades terapêuticas e assim é uma forma de regulamentar. Em relação à participação do CFP na Frente, disse que foi encaminhado, provavelmente pelos participantes da comissão jurídica da Frente, algumas solicitações ao CFP, sendo uma delas uma ação conjunta de articulação junto ao TCU, que fez um acórdão em março de 2012, colocando restrições ao financiamento público às comunidades terapêuticas. Disse ser interessante que todos conheçam esse relatório e considerou que ele pode apontar e oferecer subsídios para a realização de uma ação mais efetiva como Frente Nacional e para que o CFP possa participar desta ação em diálogo com o MPU. Ponderou ser importante pensar em outras estratégias nas perspectivas jurídicas.

Humberto Verona comentou que tem acompanhado toda essa movimentação e concordou que a ideia de fazer um levantamento das ações do planejamento estratégico é fundamental para mostrar que o CFP está fazendo uma política baseada num plano construído coletivamente. Lembrou que quando os CRPs foram convidados para fazer o Planejamento tanto de álcool e outras drogas quanto de emergências e desastres, foi explicado que era uma ação mínima conjunta, mas para além dessas o CFP e os CRPs poderiam realizar outras ações. Esse dado é importante, até mesmo pelo questionamento que tem sido feito do por que o CFP criar uma Frente. Esclareceu que o CFP convidou a sociedade civil e movimentos sociais preocupados com o tema para juntos pensar e organizar uma estratégia de enfrentamento da discussão no país. Disse que a criação da Frente é uma iniciativa legítima para traçar conjuntamente ações de interesse da psicologia e que tanto o CFP quanto os CRPs têm autonomia para criar quantas frentes desejarem, porém como todo movimento que se organiza, a Frente apresenta problemas na sua condução. Ponderou que como presidente deste conselho não pode cuidar de uma política específica, sendo preciso definir um responsável para cuidar da Frente. Relatou que participou do movimento que aconteceu no dia 2 de maio em Brasília, fazendo visitas ao congresso e aos gabinetes de senadores e deputados, conforme encaminhamento da reunião de Belo Horizonte, levando uma carta de apresentação da Frente e explicando o motivo da sua criação, os princípios e a relação das entidades que a compõe. Informou que o CRP 09 pediu para se retirar da Frente. Voltando ao tema das drogas, considerou que a discussão do tema na APAF deve ser pautada no planejamento estratégico e também concordou que há necessidade de avaliar

a manutenção do GT, pensando na possibilidade de sua extinção e na implementação das ações que já foram construídas. Disse que a partir deste momento, deve ficar claro que a campanha combinada no planejamento estratégico é do Sistema conselhos e os plenários regionais precisam assumir a responsabilidade pela campanha e levar adiante a discussão. Lembrou que já há cinco vídeos de excelente qualidade produzidos que podem ser usados na APAF e que esses vídeos estão sendo transformado em cartilhas de desenho animado.

A conselheira Ana Luiza Castro ressaltou que o CFP é vitorioso nessa política e que é importante levar à APAF um relatório das ações realizadas. Concordou com o fim do GT. Lembrou que haverá uma reunião no dia 19 de maio de 2012, com Pedro Paulo, conselheiro Aluizio Brito, a própria conselheira, representantes dos CRPs e das comissões de Direitos Humanos das COFs para discutir a resolução e preparar essas questões para a APAF.

A conselheira Flávia Lemos sugeriu fazer um levantamento das entrevistas que Pedro Paulo já deu para rádio e TV e apresentar na APAF o material referente à audiência do CONASP.

Na opinião da conselheira Heloiza Massanaro, o GT Álcool e outras Drogas deve ser extinto, pois cumpriu a tarefa. Ele foi criado para fazer uma ação específica; discutiu e criou possibilidades para que a campanha continue e aconteça nos estados, com as mídias e recursos regionais, pois a mídia nacional ficaria muito cara e não justificaria. Disse que o GT se encerra, mas deixa uma agenda de continuidade. Em relação aos novos documentos para financiamento de comunidades terapêuticas, o esforço do GT foi no sentido de criar critérios para esse credenciamento no Ministério da Saúde. Considerou necessário trabalhar na criação de critérios mais rigorosos a fim de tornar difícil a entrada dessas comunidades.

Caso o GT não seja encerrado, a conselheira Maria Ermínia sugeriu que ele tenha a tarefa de fazer uma carta simples para enviar a todos os candidatos a prefeitos do país, com ajuda dos CRPs, apresentando a questão e tornando a Frente conhecida. Falou sobre a fragilidade da discussão sobre as políticas de moradia e considerou que esse tema deverá ser pautado neste plenário futuramente. Pediu aprovação para a entrada do CFP na Comissão de Mobilização de Acompanhamento da Política de Álcool e Drogas, criada pela Dilma Rousseff e definição de um representante do CFP para participar. Lembrou que além das comunidades terapêuticas, o plenário elegeu como prioridade, o trabalho relacionado às internações compulsórias e involuntárias. Informou que essa discussão foi levada para a Comissão de Saúde Mental do Conselho Nacional de Saúde, à qual pediu que o CFP junto com CFESS organize um seminário. Foi combinado, entre CFP e CFESS, que em maio

fosse discutida e aprovada a proposta do seminário nos dois plenários. Caso aprovada, a conselheira avisou que é necessário definir quem cuidará do seminário e que a proposta precisa ser apresentada em junho no Conselho Nacional de Saúde. Explicou que o objetivo desse seminário é abordar questões relacionadas à banalização das interdições e das internações.

A conselheira Heloiza Massanaro disse que levou o tema álcool e drogas para o conselhinho, no qual foi discutida a possibilidade de realização de um seminário sobre o tema, no segundo semestre deste ano e a comissão foi formada pelos conselhos federais de psicologia, serviço social e educação física, sendo necessária a indicação de nomes para representar o CFP; um efetivo e dois suplentes. Foi sugerida a data de 13 de junho para a primeira reunião. Há, também, um pedido para que o CFP sedie esse evento e que ele seja com transmissão online.

A conselheira Ângela Caniato sugeriu levar e ampliar o tema para dentro das universidades, pois elas são alheias a toda essa temática. Falou na viabilidade de o CFP criar um boletim mensal, informativo sobre as questões e preocupações centrais que são discutidas neste plenário para conhecimento de todos os profissionais. Considerou que não basta ter um site, é preciso que o CFP seja mais ativo no sentido da difusão das ideias, com o intuito de mudar a mentalidade da formação do psicólogo, que as discussões cheguem às universidades e sejam trabalhadas em sala de aula.

Humberto Verona esclareceu que o CFP já manda um boletim online periódico para todos os psicólogos cadastrados. Disse que em função da Mostra, o conselho possui o contato de todos os coordenadores de cursos do país e que eles poderão ser acrescentados aos destinatários desse boletim online.

A conselheira Flávia Lemos demonstrou preocupação com a fala de alguns psiquiatras sobre a questão da volta dos manicômios e considerou necessário um movimento antimanicomial permanente. Comentou que há ameaças e processos contra representantes do CFP e considerou interessante abordar essa questão na APAF.

A conselheira Monalisa Barros explicou que quando um conselheiro ou representante do CFP é processado, o CFP coloca à disposição toda a defesa necessária. Considerou importante dar uma especial atenção na preparação desse ponto para ser apresentado na APAF. Ressaltou a necessidade de evitar os descompassos de comunicação, tentar juntar todas as informações e levar para APAF tudo organizado. Pediu para COTEC colher as contribuições dos temas com os conselheiros responsáveis e montar um quadro, tentando assim, diminuir a vulnerabilidade na APAF.

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top, '40', 'J.', 'MC', 'C.M.', 'A.M.', '44', and 'A. sup' at the bottom.]

[Handwritten notes and signatures at the bottom right, including '21' and 'A. sup'.]

A conselheira Heloiza Massanaro falou que na reunião da Frente, em Belo Horizonte, foi acordado que a ata seria encaminhada ao CFP e aos coordenadores da Frente, no dia seguinte, porém não foi cumprido. Informou que a próxima reunião foi agendada para o dia 03 de junho, porém a Ramona do CFESS propôs alteração para o dia 26 de maio na sede do CFESS.

Humberto Verona disse que a coordenação da Frente tem o papel importante de registrar tudo o que aconteceu e transformar todo esse material em um elemento de mobilização e incentivo para as entidades filiadas. Ressaltou que é preciso definir quem assumirá pelo CFP a participação na coordenação da Frente e que a mobilização deve começar na próxima semana. Citou algumas entidades filiadas e informou que há indicação para uma audiência pública na câmara, para que a Frente possa se apresentar.

Para acompanhar o Comitê de Monitoramento do Plano Crack, Humberto Verona mencionou Marcus Vinicius e Marcelo Magalhães, que são os representantes do CFP no CONAD. Como o Marcelo Magalhães é o suplente, pensou em consultar a possibilidade de ele assumir essa responsabilidade. Já para acompanhar os trabalhos da Frente, sugeriu convidar a Eliza Zanerato, caso ela não aceite, é preciso pensar em outros nomes.

A conselheira Ana Luiza lembrou a decisão de ampliar as representações para além dos conselheiros federais e sugeriu Pedro Paulo Bicalho como convidado do CFP para a APAF.

A conselheira Marilene Proença considerou necessário construir um retorno para as representações, abrindo espaço nas plenárias para dialogar com essas pessoas. Em função do seu envolvimento com as questões da medicalização, propôs participar do seminário do conselhinho sobre Álcool e Drogas..

Para o Seminário do conselhinho, Humberto Verona sugeriu as conselheiras Marilene Proença e Heloiza Massanaro como responsáveis na organização e condução do seminário e a conselheira Tânia Brasileiro pediu para ser incluída no grupo, já que uma de suas formações é em educação física.

A conselheira Flávia Lemos pediu para participar do seminário da Comissão de Saúde Mental do CNS que será organizado pelo CFP e CFESS e falar sobre internação abusiva de crianças em abrigo.

Também para esse seminário, a conselheira Maria Erminia apontou a possibilidade de ele ser construído por e-mail, sugeriu a Comissão de Direitos Humanos para a coordenação e se propôs contribuir com as discussões.

Após toda a exposição, o plenário chegou à seguinte conclusão em relação às representações:

- Para representar o CFP no Comitê de Monitoramento do Plano Crack, foi indicado Marcelo Magalhães, sendo preciso consultá-lo.
- Para o Seminário do Conselhinho sobre álcool e drogas foi decidido que as conselheiras Marilene Proença, Heloiza Massanaro e Tânia Brasileiro representarão o CFP nesse grupo, formado pelos Conselhos de Psicologia, Serviço Social e Educação Física.
- Para o Seminário da Comissão de Saúde Mental do CNS (CFP e CFESS) sobre a banalização da interdição e internação foi decidido fazer um e-group com os representantes do CFP para debater sua construção. Este grupo será coordenado pela CNDH e as conselheiras Flávia Lemos e Maria Ermínia serão convidadas a contribuir.
- Para representar o CFP na coordenação da Frente foi decidido convidar Elisa Zanerato e pensar outro nome, caso ela não aceite.

A conselheira Monalisa Barros conferiu os encaminhamentos do ponto GT Álcool e Drogas para a APAF e disse que todos eles precisam estar prontos até sexta feira.

- Fazer quatro documentos para levar à APAF (subsídios para a delegação do CFP na apresentação do ponto, não deve estar na pasta de todos):
 - a) Um quadro comparativo do planejamento estratégico conjunto prestando contas das ações realizadas;
 - b) Um quadro com informações sobre as conferências;
 - c) Um quadro com informações sobre audiências públicas, entrevistas, quantos acessos tiveram aos vídeos "Drogas e Cidadania" e etc.
 - d) Um quadro comparativo da lei do Plano Crack (como era originalmente e como ficou em decorrência das ações realizadas pelo CFP), incluindo informação sobre a nova composição do CONAD, garantindo o nome do Marcus Vinicius e como suplente Marcelo Magalhães.
- Defender a aprovação da minuta de Resolução do CRP-04 (Psicólogos nas Comunidades Terapêuticas).
- Defender o direito à liberdade de expressão.

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom right]

- Esclarecer que o planejamento estratégico conjunto definiu as ações mínimas a serem realizadas pelo Sistema Conselhos de Psicologia, mas, tanto o CFP quanto os CRPs têm autonomia para realizar outras ações.
- Defender o encerramento desse GT, considerando que este já cumpriu todas as atividades a ele delegadas.
- Levar Pedro Paulo como convidado para a APAF. (Delegação do CFP apresenta o ponto e o convidado relata todos os desdobramentos a partir do seminário e da inspeção).

A conselheira Deise Nascimento alertou que os documentos para APAF têm que estar no CFP até dia 09.05.2012, pois a última remessa é dia 11.05.2012

REVISÃO DA POLÍTICA DE ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO SISTEMA CONSELHOS. O conselheiro Aluizio informou que este ponto é acompanhado pela conselheira Roseli Goffman. Disse que ele está bem encaminhado com a proposta de um seminário que já se encontra bem estruturado. É ponto de consenso, não há polêmica.

A conselheira Adriana Eiko relatou que o GT funcionou com duas reuniões telefônicas, até o momento e uma reunião presencial de um dia inteiro. Disse que o trabalho contou com a participação dos CRPs 01, 03, 08, 04, 02, 12 e CFP e que de maneira geral desenvolveu bem. O GT conseguiu aprovar e avançar a proposta que o plenário do CFP já havia discutido anteriormente, sendo a mesma proposta encaminhada para a APAF de dezembro de 2011, que não foi apreciada por falta de tempo. Disse que o GT discutiu a necessidade da revisão da política de orientação e fiscalização e elaborou um texto de reestruturação dessa política, conforme anexo, que será apresentado na APAF. Destacou que o GT está respondendo teses aprovadas pela categoria no último CNP, que ele teve como horizonte cumprir o objetivo de propor uma metodologia de debate e que a proposta de trabalho do GT deverá ser apresentada na APAF de maio de 2012, de modo a construir um diálogo por meio de debates regionais com conselheiros dos plenários e não somente das COFs para que os CRPs possam ajudar a pensar essa política, em seguida fazer uma sistematização de todas as contribuições e um debate nacional. Falou sobre os quatro eixos propostos para esse debate.

- 1- Discussão política sobre orientação e fiscalização.
- 2- Questões jurídicas legais do sistema conselhos.
- 3- Processos formativos dos CRPs
- 4- Relação da sociedade e usuários da psicologia.

A conselheira Adriana Eiko informou que a proposta é levar à APAF os 4 eixos, com os subtemas, e, se for aprovado, o GT fará um roteiro mais elaborado a fim de que os CRPs ajudem na sistematização. O GT pensou em um plano de ação para ser vencido até dezembro de 2012 e que possa ser implantado em 2013, para isso, disse que o GT precisa ser mantido até a APAF de dezembro de 2012 e também de uma assessoria jurídica para essa sistematização. Avisou que haverá uma reunião telefônica do GT ainda nesta noite para verificar a inclusão de outros subitens. A conselheira explicou o eixo 1, dizendo que ele orienta todo o debate, e sugeriu potencializar a fala do Fernando Aith no texto.

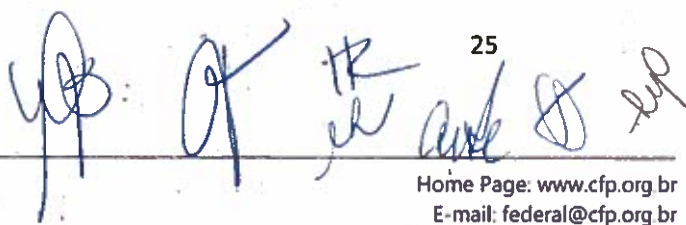
A conselheira Maria Ermínia considerou que os eixos estão bem claros, mas que precisam de alguns ajustes e revisão de legislação. Se for aprovado, dispôs-se a fazer a redação.

A conselheira Ana Paula Noronha falou de um questionamento feito na ULAPSI sobre o porquê de o CFP não regulamentar a questão da avaliação psicológica. No material do Seminário Nacional do Ano Temático que está sendo sistematizado, avaliou que é uma questão recorrente a necessidade de tornar público as resoluções, deixar mais claro que a entrevista devolutiva é obrigatória, informar como é a elaboração de um instrumento psicológico e que efetivamente os psicólogos conhecem pouco sobre essas questões. Diante disso, considerou necessário pensar em outras estratégias de orientação e sugeriu incluir essa questão na discussão do GT.

A conselheira Ângela Caniato considerou que a fiscalização e orientação devem partir de uma diretriz que seja ligada a visão de homem e a perspectiva ética e política do CFP. Ressaltou a necessidade de ter um princípio orientador para essa legislação e um eixo que aponte o que fazer na prática profissional. Disse que para orientar ou fiscalizar é preciso saber o quê, para quê e em que direção.

A conselheira Maria Ermínia sugeriu discutir o que este plenário considera fundamental e o restante o GT decide. Disse que na história de outros países, os conselhos foram criados vinculados aos ministérios da saúde, o que é uma lógica sanitária e aqui no Brasil, ele é vinculado ao Ministério do Trabalho. Propôs colocar mais um eixo que dispõe sobre orientação do direito do usuário a ter sua subjetividade cuidada e avançar nessa orientação.

A conselheira Marilda Castelar considerou que o trabalho avançou e parabenizou o GT pela condução. Sugeriu que o GT pudesse construir uma divulgação com uma linguagem acessível a respeito do papel da psicologia e dos psicólogos na sociedade, bem como do acesso dos usuários as COFs, como por exemplo, 0800. Disse que é preciso criar formas para que a sociedade chegue até os conselhos.



A conselheira Adriana Eiko falou das propostas que surgiram neste debate. No eixo 1, logo após o 1º subitem, incluir como subtema as considerações sobre avanços legislativos normativos no campo da fiscalização na lógica sanitária e do respeito ao usuário. Em outro momento, a conselheira se responsabilizou em descrever essa lógica sanitária.

No eixo 4, incluir como subitens: orientação aos usuários de que têm direitos à atenção na saúde mental (políticas públicas, cuidados com a subjetividade); estratégias de comunicação do Sistema Conselhos sobre o papel da psicologia para a sociedade e população em geral, bem como sobre os parâmetros éticos da profissão. A conselheira lembrou que há uma indicação de assessoria jurídica para acompanhar o GT, inclusive em relação às contribuições oriundas dos conselhos regionais. Informou que além do plano de trabalho, o GT julgou importante propor dois encaminhamentos: 1. A possibilidade de fazer encontros anuais, já a partir deste ano, de COFs e reuniões COEs e COFs, sendo um dia para cada uma das comissões específicas e em outro dia para reunir questões afins. 2. O posicionamento do Sistema Conselhos frente às práticas complementares integrativas com ampla discussão nos conselhos regionais.

A conselheira Monalisa Barros sugeriu 3 dias de reunião; o primeiro para a COF, o segundo COE e COF e o terceiro para a COE, fazendo uma interseção.

A conselheira Maria Ermínia solicitou à delegação do CFP que priorize esse ponto na APAF.

A conselheira Tânia Brasileiro sugeriu incluir, como tarefa do GT, a atualização periódica dos documentos que normatizam as áreas de atuação do psicólogo no Brasil.

Segundo o presidente Humberto Verona, o CFP foi credenciado para votar e ser votado no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Informou que a eleição acontecerá no dia 15 de maio e contará com a participação da conselheira Márcia Mansur para votar e articular a eleição do CFP como membro efetivo do CNAS.

PONTOS FINANCEIROS. A conselheira Monalisa Barros informou que o GT de pontos financeiros fará a 3ª reunião no dia 07 de maio para tratar dos seguintes assuntos: Criação de fundos – devolução de anuidades (processos judiciais); Custeio dos técnicos do CREPOP e Fundos de seções. Disse que o fundo de seções já foi aprovado na APAF passada e será apresentado na próxima apenas um estudo sobre o impacto causado por ele. Disse que o estudo ficará pronto no dia 07 de maio e poderá impactar apenas os conselhos regionais que têm fundos de seções, quais sejam os CRPs 09, 10, 11 e 20. Explicou que houve um decréscimo no fundo de seções. Em relação ao ponto

Criação de fundos – devolução de anuidades (processos judiciais), o GT discutirá a necessidade de manter ou não esse fundo, lembrando que ele foi criado em função de uma solicitação do CRP 08 para cobrir os processos sofridos em relação a devolução de anuidades. O GT discutirá ainda a questão do custeio dos técnicos do CREPOP. A conselheira informou que os Informes da prestação de contas da conta divulgação do exercício de 2011 serão apresentados na APAF apenas para aprovação. Para o ponto Apreciação da prestação de contas do CFP referente ao exercício de 2011, a conselheira leu os pareceres da diretoria e da auditoria e colocou em votação.

Os pareceres sobre a prestação de contas do CFP referente ao exercício de 2011 foram aprovados pelo plenário, com abstenção da conselheira tesoureira Monalisa Barros e do presidente Humberto Verona.

A conselheira Monalisa informou que o CRP 11 (CE, MA, PI) solicitou desmembramento, porém, foi deliberado na APAF que o GT de pontos financeiros deveria propor critérios para desmembramentos de CRPs, assunto que também será tratado na reunião do dia 07 de maio.

A conselheira apresentou ainda a 1ª reformulação orçamentária do CRP 13 para o exercício de 2012. Leu o parecer favorável a mencionada reformulação elaborado pelo setor contábil e tesouraria do CFP e colocou em votação. Avisou que este ponto não será levado para a APAF, sendo preciso aprovação deste plenário.

O plenário aprovou a 1ª reformulação orçamentária do CRP 13 para o exercício de 2012, com abstenção do conselheiro Aluizio Brito.

ANO TEMÁTICO DA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA. Ana Paula Noronha informou que será levada para a APAF a síntese do ano temático, cujo relato foi apresentado na plenária passada.

Humberto Verona advertiu que na APAF poderá haver um questionamento sobre como conduzir as indicações do GT para o ano temático.

A conselheira Ana Paula disse que existe a proposta de manutenção do GT para duas tarefas: criar os critérios para a resolução 05/2012 e decidir sobre a Escala Hare. Considerou interessante compor um novo grupo, pois as temáticas são diferentes.

De todas as sugestões apresentadas pelos grupos de trabalhos do seminário, Humberto Verona questionou se há necessidade de criar novo GT ou se os plenários dos regionais poderiam assumir as tarefas.

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including 'J.', 'M.', 'Lel', '4.7', 'Alu', 'Lep']

[Handwritten signatures and initials at the bottom right, including 'TR', '27', 'Lep']

A conselheira Ana Paula respondeu que não há proposições novas, mas uma série de ações que precisam ser pensadas em como implantar ou reiterar.

O presidente Humberto considerou que são deliberações que não precisam de GT e sugeriu fazer um documento com todas as recomendações do ano temático.

A conselheira Ana Paula disse que esse documento está feito e está sendo revisado pelo GT, mas não estará pronto para a APAF.

Mesmo não tendo um documento completo, Humberto Verona sugeriu levar os encaminhamentos para APAF, transformá-los em uma recomendação que deverá ser aprovada pela APAF e enviar a todos os CRPs.

Como forma de agilizar a discussão e evitar polêmica na APAF, a conselheira Monalisa sugeriu fazer uma apresentação cuidadosa, com slides, Power point, com todas as informações e os encaminhamentos para serem impressos e entregues aos CRPs.

Humberto Verona sugeriu que esse encaminhamento fosse destinado a todos os GTs.

PSICOLOGIA MOBILIDADE URBANA E TRÂNSITO NA PERSPECTIVA SOCIAL. O presidente Humberto Verona relatou que foi criado um GT na APAF passada constituído pelos CFP, CRPs 03, 06, 07, 14 e 20 com os seguintes objetivos:

- Trabalhar temas amplos do trânsito, atuação do psicólogo no contexto do trânsito, inclusive processo de avaliação para obtenção de CNH e o título de especialista, considerando as polêmicas levantadas nessa APAF dos efeitos do título e demais aspectos dialogados. GT vai trabalhar com a transcrição do ponto.
- Apresentar o trabalho em maio e discutir os pontos não debatidos nessa APAF, pautados pelo CRP-03, incluindo o fortalecimento do MNDT e possibilidade de Conferências do Trânsito, bem como apoio à organização dos psicólogos no trânsito (associação ou fórum, por exemplo).
- Destaque: CFP ou CRP não organizam associação/fórum de psicólogos, mas podem apoiar a organização dos psicólogos.

Disse que, na reunião telefônica entre presidentes, ocorrida em 27 de fevereiro de 2012, houve o indicativo de realização do seminário itinerante: "A Psicologia do Trânsito em Trânsito pelo Brasil", passando a ser a tarefa principal do GT. Assim, o GT realizou uma reunião telefônica e uma reunião presencial em que produziu a proposta do seminário, a qual foi aprovada pelo

CFP e encaminhada aos CRPs. Para tal foi acordado que o CFP deverá custear a ida de um ou dois representantes para todos os eventos, bem como a divulgação, com site, cartazes, etc. Enquanto os CRPs cuidam e custeiam os convidados locais e outras questões relacionadas ao evento. O presidente falou sobre o formato da execução do evento em todo país, a programação e o cronograma. Informou que o GT levará à APAF a proposta do seminário itinerante.

Não houve novas questões para serem acrescentadas e o ponto foi concluído.

CREPOP – POLITICA INDUTORA. O conselheiro Celso Tondin explicou que a APAF de dezembro de 2011, criou um GT de política indutora para o uso científico e acadêmico dos dados do CREPOP, com objetivo de construir um projeto de uma política para uso desses dados, para além do Sistema Conselhos, disseminando as informações coletadas pelas pesquisas do CREPOP, fomentando a pesquisa e publicações sobre o fazer da psicologia e das políticas públicas. Para isso, é preciso criar critérios para garantir os princípios éticos das pesquisas. Desse modo, o conselheiro relatou que o GT constituído pelos CRPs 02, 04, 05, 09, 11 e CFP começou o trabalho em março deste ano realizando uma reunião telefônica, na qual se discutiu o objetivo, as expectativas do Sistema Conselhos sobre essa política e também definiu como encaminha e forma de disponibilização dos dados por outros institutos de pesquisa, centros de pesquisa e formação. Informou que essa pesquisa está prevista para ser finalizada no fim de maio, quando será agendada a próxima reunião do GT. O conselheiro Celso disse que o GT prestará contas de seus trabalhos na APAF, porém ainda não tem um resultado para ser apresentado.

A conselheira Monalisa Barros sugeriu incluir na pauta da APAF o ponto: Prestação de contas dos trabalhos do CREPOP de dezembro de 2011 até o momento. Para a pauta de reunião entre tesoureiros solicitou a inclusão do ponto: Definição do valor da anuidade para 2013.

A PSICOLOGIA DAS EMERGÊNCIAS E DESASTRES E A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA CIVIL. A conselheira Deise Nascimento relatou que a APAF de maio de 2011 constituiu um GT formado por CFP e CRPs 2, 5, 6, 12, 15 e 19, para dar encaminhamento às questões referentes à psicologia em emergências e desastres. Já na APAF de dezembro de 2011, foi aprovada a continuidade dos trabalhos desse GT para a conclusão de algumas tarefas elencadas no planejamento estratégico unificado. Disse que o objetivo deste ponto na APAF de maio de 2012 é dar um informe aos CRPs de como vêm sendo conduzidos os trabalhos do GT Nacional em Emergências e Desastres. O GT apresentará uma proposta de nota técnica para atuação dos psicólogos em situação de emergências e desastres e também o consolidado das ações

empreendidas nacionalmente a partir das deliberações do planejamento estratégico conjunto do Sistema Conselhos. A conselheira apresentou um breve resumo sobre os objetivos, as atividades desenvolvidas e o andamento dos trabalhos do GT de Emergências e Desastres e disse que ele atualmente concentra seus esforços na elaboração da Nota Técnica e do Plano de Contingência da Psicologia em Emergências e Desastres, além da articulação com a ABEP e com a Rede Latino Americana de Psicologia para a construção de um Curso de Capacitação à Distância da Psicologia em Emergências e Desastres. Disse que o GT terá uma reunião presencial, no dia 9 de maio, para concluir o material a ser levado para a APAF.

Humberto Verona informou que durante a ULAPSI, a Rede Latino Americana de Psicologia assumiu a responsabilidade pelo Curso de Capacitação a Distância.

A conselheira Monalisa Barros fez um relato sobre a reunião que aconteceu ontem, no dia 3 de maio, no Ministério da Ciência e Tecnologia, (MCT) com Carlos Nobre, assessor do ministro Marco Antonio Raupp. Disse que o ministério está lançando um programa de distribuição de pluviômetros para as casas em regiões de risco. A conselheira informou que o MCT apresentou a proposta de estabelecer um convênio entre o ministério, CFP, Monades, Ministério da Educação para produzir uma caravana em 100 municípios de riscos no país, nos quais os pluviômetros seriam entregues pelo Monade, juntamente com um material pedagógico a ser elaborado pelo CFP sobre a prevenção de acidentes, mobilização da comunidade e sobre a sensibilização para o exercício desse protagonismo e financiado pelo Ministério da Educação. Disse que os pontos de encontro nessas cidades são as escolas e que o material pedagógico precisa ser feito numa linguagem popular para que toda a população tenha acesso às informações. Ressaltou que é uma tarefa urgente para o GT das Emergências e Desastres e consultores *ad hoc* que as cartilhas precisam estar prontas em, no máximo, 60 dias.

O presidente Humberto solicitou pautar, para a próxima plenária, o tema das emergências e desastres para discutir a articulação do CFP com todas as questões relacionadas a ele.

Para o trabalho do GT das emergências e desastres não houve nenhum encaminhamento.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS LEGISLATIVOS.

O presidente Humberto Verona relatou que, na APAF de maio de 2011, foi criado o GT, formado por CFP, CRPs 01, 04, 05, 06, 11 e 19 para acompanhamento de processos legislativo, em função de uma sugestão do CRP 01 na reunião entre presidentes que antecedeu aquela APAF. Disse que, ainda em 2011, o GT realizou uma reunião telefônica, na qual apreciou o PL da

30

Grafologia e também acompanhou a audiência pública do PL do Ato Médico. Já em 2012, o GT não realizou nenhuma atividade específica. O presidente propôs levar para a APAF de maio de 2012 a proposta de extinção desse GT, explicando que a tarefa de acompanhar permanentemente as políticas da psicologia é do plenário e não de GTs. Informou que a nova estrutura do CFP, conta com um funcionário para acompanhar os processos legislativos e prestar assessoria nas questões parlamentares. Disse que é preciso criar um mecanismo de informação eficaz e permanente entre os CRPs e o CFP a respeito dessas questões.

O plenário concordou em levar à APAF de maio de 2012 a proposta de extinção do GT para Acompanhamento de Processos Legislativos, sugerindo que a tarefa seja realizada pelas assessorias de cada CRP e do CFP.

COMEMORAÇÃO DOS 50 ANOS. A conselheira Monalísa Barros informou que ontem, dia 3 de maio, foi rompido o contrato com a empresa licitada para fazer a parte de comunicação e assessoria de imprensa da Mostra, mas que já foi entrevistada uma pessoa para ser a nova assessora de imprensa e ser contratada por seis meses para cuidar exclusivamente da comemoração dos 50 anos da psicologia. Informou também que o CRP 6 disponibilizou um web designer para fazer o trabalho de criação. Considerou que esse ponto será tratado na APAF como "Ano Temático da Psicologia: 50 anos da psicologia", pois foi definido na APAF de maio de 2011, que o ano temático de 2012 seria os 50 anos e dentro dele todo o rol de comemorações. Listou as oito atividades pensadas pelo CFP para tal comemoração. 1. O selo comemorativo. Está sendo providenciado junto aos Correios, com a sugestão de fazer o lançamento em agosto, na semana do psicólogo. 2. A pesquisa da mulher. Já foi iniciada. 3. A exposição dos 50 anos da psicologia brasileira. Não será mais itinerante; ela acontecerá em todos os estados brasileiros simultaneamente. 4. A revista especial Ciência e Profissão: 50 anos. 5. O prêmio Monográfico César Ades. 6. Audiência especial no Congresso Nacional. 7. Edição especial do Jornal do Federal. 8. II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia.

A conselheira Marilene Proença falou sobre a exposição itinerante. Disse que a pretensão é entregar todo o material aos CRPs em junho, para que eles tenham tempo hábil de trabalhar em seus estados. Lembrou que no material há dois vídeos (8 e 2 minutos) que serão transformados em catálogo da exposição. Informou que a exposição terá um espaço dentro da Mostra, para o qual sugeriu fazer uma sala de visitas em que os consultores que estão fazendo o trabalho da história da psicologia façam um rodízio de plantão para conversar com as pessoas sobre os diversos temas da psicologia. Em relação à revista Ciência e Profissão, a conselheira informou que haverá uma entrevista com o professor Arrigo Angelini, que participou do PL para constituição da profissão em 1962, uma publicação de um texto do filósofo

uruguaio Yamandu Acosta sobre a identidade do psicólogo latino americano e que há sugestão de homenagear o César Ades nessa edição.

A conselheira Tânia Brasileiro relatou que o prêmio Monográfico César Ades: "Desafios para o Futuro da Psicologia" incorpora três eixos sendo eles; "As Políticas Públicas e o Futuro da Psicologia"; "Contribuições da Psicologia na construção do conhecimento no século XXI" e "A Psicologia Latino-Americana: Desafios e Possibilidades". Informou que as inscrições dos trabalhos iniciam no dia 27 de junho a 27 de outubro de 2012 e o resultado final coincidirá com o encerramento do ano temático dos 50 anos, em 27 de abril de 2013. Disse que a proposta era fazer o lançamento do Prêmio ainda em abril, porém não foi possível, mas é necessário que ele seja feito ainda neste mês. Falou que no momento, o cartaz para o prêmio está sendo revisto pela ASCOM, listou os 17 nomes que compõem a comissão julgadora e lembrou que o prêmio terá as categorias psicólogo(a) e estudante. Segundo a conselheira, o trabalho de divulgação será iniciado assim que a comissão estiver consolidada, bem como o cartaz e os folhetos prontos. Informou que o regulamento está pronto e bem detalhado.

O presidente Humberto Verona sugeriu que o lançamento do prêmio monográfico fosse feito na APAF de maio de 2012.

O conselheiro Celso Tondin questionou as indicações, considerando que são pessoas muito ligadas a ciência e perguntou sobre a possibilidade de incluir nomes ligados a outros setores da prática profissional.

Humberto Verona explicou que os indicados são pessoas que participaram da agenda estratégica para o futuro da psicologia proposto pelo CFP, Instituto Silvia Lane e pelo César Ades (Instituto de Estudos Avançados da USP). Ressaltou que o chamado para participar dessa agenda foi feito pelo César Ades.

A conselheira Monalisa Barros considerou que o grupo não deve ser alterado para não descaracterizar a homenagem a César Ades e também porque o grupo já está muito grande. Salientou que a característica desse prêmio é ser monográfico e não de relato de experiências.

Em relação à Audiência Especial no Congresso Nacional, a conselheira Monalisa informou que esta já foi pedida para a senadora Marta Suplicy e a deputada Érika Kokai, mas ainda não houve retorno; caso ela seja possível, a pretensão é que aconteça na semana do psicólogo, em agosto. Disse que o Jornal especial dos 50 anos é muito estratégico, pois tem o propósito de fazer um balanço da profissão no Brasil e mostrar o histórico da psicologia nesses 50 anos, abordando entre outros, o FENPB, a BVS-PSI, o SATEPSI, o CREPOP, o resultado da pesquisa da Mulher. A proposta é que seja um jornal histórico.

Quanto à II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, a conselheira Monalisa apresentou o novo filme de divulgação que está sendo disponibilizado via facebook e no site: <http://www.youtube.com/watch?v=qqLj6dMXPx8>, bem como o relatório de inscrições por estado, os relatórios de trabalhos por estados, por temas e por processos, conforme anexo.

No relatório de temas, a conselheira Marilda Castelar propôs mudança do nome questões étnicas para relações raciais e o plenário decidiu por "questões étnicas/relações raciais".

A conselheira Monalisa Barros informou que foi decidido fazer o cartaz com base no relatório do processo e não da área. Ressaltou que hoje boa parte do plenário está envolvida com a Mostra e será necessária a participação de todos os conselheiros. Listou as atividades que serão desenvolvidas nas 20 praças para a Mostra e foram distribuídas as atribuições para os conselheiros da seguinte forma:

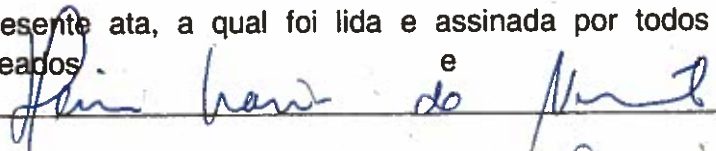
- América Latina: Adriana Eiko.
- Corpo: Henrique Rodrigues.
- Exposição e Revista: Marilene Proença.
- Prêmio Monográfico Cesar Ades: Tânia Brasileiro.
- Direitos Humanos: Ana Luiza Castro.
- BVS-PSI: Ana Paula Noronha.
- Tenda Paulo Freire e Economia Solidária: Maria Ermínia Ciliberti.
- Apresentações Artísticas CRs: Aluizio Brito.
- Pôsteres: Ana Paula Noronha, Márcia Mansur e Heloiza Massanaro.
- Pesquisa da Mulher – Túnel: Marilda Castelar.
- Mostrinha: Flávia Lemos.
- Sala de Imprensa: Roseli Goffman.
- Ocas: Ana Luiza Castro.
- Rodas de Conversa: Celso Tondin.
- Apresentações Artísticas: Celso Tondin e Márcia Mansur.
- Premio Paulo Freire: Maria Ermínia Ciliberti.
- Espaço de Articulação: Ângela Maria Caniato.

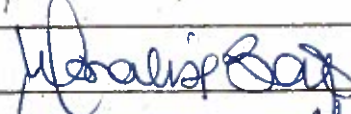
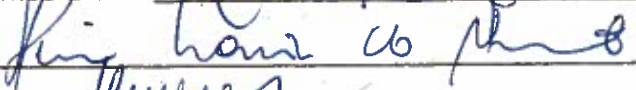
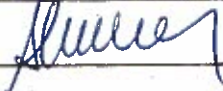

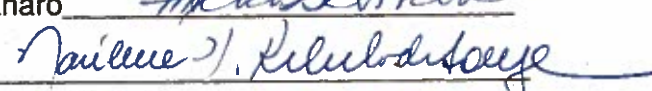

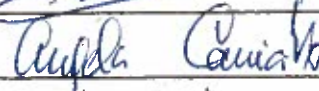
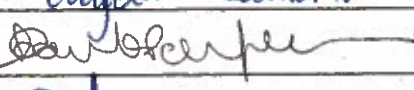

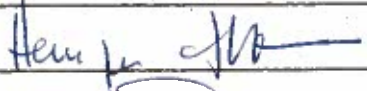

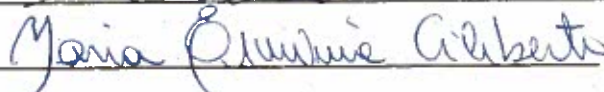


A conselheira Monalisa Barros considerou importante que os conselheiros federais assumam o compromisso de divulgar a Mostra em todos os espaços e façam articulação para mobilização. Disse que está sendo enviada uma correspondência dirigida falando da Mostra a todos os inscritos, aos pareceristas, a todos os prefeitos, governadores, secretários de saúde, de desenvolvimento social e educação, a todas as universidades e a todos os psicólogos cadastrados.

A conselheira Maria Ermínia propôs mais uma ação: levar um stand da comemoração dos 50 anos da psicologia, juntamente com o material do CREPOP, que já está contemplado, para o congresso do CONASEMS e criar um texto para falar aos secretários de saúde sobre os 50 anos da psicologia.

Houve críticas em relação a uma frase no cartaz da Mostra que diz: "Psicólogo, você vai passar por um" e foi falado na possibilidade de fazer uma revisão.

O presidente Humberto Verona encerrou a reunião às 20h55. Nada mais havendo a tratar, eu, Conselheira Secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

- 

 Humberto Verona e _____ referenciados.
1. Humberto Cota Verona _____
 2. Monalisa Nascimento dos Santos Barros  _____
 3. Deise Maria do Nascimento  _____
 4. Aluizio Lopes de Brito  _____
 5. Heloiza H. Mendonça Almeida Massanaro  _____
 6. Marilene Proença R. de Souza  _____
 7. Ana Luiza de Souza Castro  _____
 8. Ângela Maria Pires Caniato  _____
 9. Ana Paula Porto Noronha  _____
 10. Adriana Eiko Matsumoto  _____
 11. Henrique J. Leal Ferreira Rodrigues  _____
 12. Marilda Castelar  _____
 13. Maria Ermínia Ciliberti  _____
 14. Celso Francisco Tondin  _____
 15. Flávia Cristina Silveira Lemos  _____
 16. Tânia Suely Azevedo Brasileiro _____

ATA DA 22ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP

Data: 05 de maio de 2012 – Sábado.

Duração: das 9h33 às 17h29

1. Pontos da APAF
 - VIII CNP.
 - Grafologia
 - Psicologia Organizacional
 - Teste Rápido para Diagnóstico de HIV: implicações para a participação da psicologia na política de DST/Aids
 - Psicoterapia: Uma atribuição privativa do Psicólogo
 - Caso EMDR: Dessensibilização e Reprocessamento por meio dos movimentos oculares.
2. Programetes sobre Escuta da Criança e do Adolescente
3. PL – Ato Médico
4. MERCOSUL
5. Oficina da formação
6. Avaliação para saber se o instrumento é teste psicológico
7. Avaliação de testes psicológicos
8. Diversidade Sexual: Posição do Sistema Conselhos sobre a Marcha da Homofobia
9. Comemoração dos 10 anos da resolução CFP 018/2002

DIRETORIA:

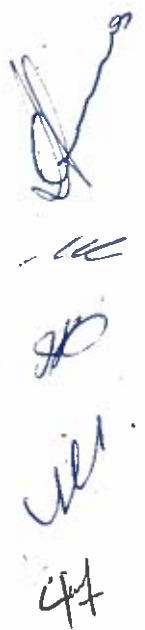
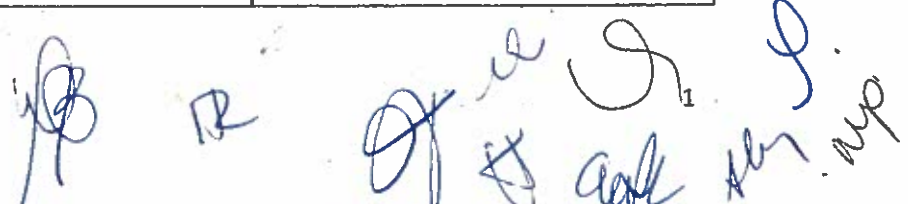
1. Humberto Cota Verona - Presidente
2. Deise Maria Nascimento – Secretária
3. Monalisa N. dos Santos Barros - Tesoureira

CONSELHEIROS (AS):

4. Aluizio Lopes de Brito
5. Heloiza Helena M. A. Massanaro
6. Marilene Proença R. de Souza
7. Ana Luiza de Souza Castro
8. Ângela Maria Caniato
9. Ana Paula Porto Noronha
10. Adriana Eiko Matsumoto
11. Henrique J. Leal Ferreira Rodrigues
12. Maria Ermínia Ciliberti
13. Tânia Suely Azevedo Brasileiro
14. Marilda Castelar
15. Celso Francisco Tondin
16. Flávia Cristina S.Lemos
17. Márcia Mansur Saadallah
18. Cynthia R. C. Araújo Ciarallo

AUSENTES:

19. Clara Goldman Ribemboim
20. Sandra Maria F. de Amorim
21. Roseli Goffman

O presidente Humberto Verona abriu a reunião dando continuidade aos pontos da APAF.

O conselheiro Celso Tondin pediu para considerar alguns pontos da pauta da plenária, ressaltando a necessidade de uma discussão sobre o ato médico, e a conselheira Monalisa Barros lembrou que a prioridade desta plenária são os pontos da APAF de maio de 2012.

VIII CNP. O presidente Humberto Verona apresentou o ponto. Relatou que, na APAF de dezembro/2011, foi aprovado o tema para o VIII CNP: "Psicologia, Ética e Cidadania: práticas profissionais a serviço da garantia de direitos", bem como foi definida a COMORG Nacional, composta pelo CFP e CRPs 02,05,06,11,12,18,20. Entretanto, informou que o CRP-05 solicitou sua retirada. Foi combinado, ainda, que os CRPs discutiriam os eixos sugeridos pelo CFP em seus plênários para definição na APAF de maio/2012, a saber:

- Eixo 1: Avançar nos processos de diálogo e interatividade com a categoria.
- Eixo 2: Ampliar a presença qualificada e crítica da Psicologia na sociedade e nas políticas públicas.
- Eixo 3: Qualificação profissional: Contribuições éticas, políticas e técnicas nos processos de trabalho.

Assim, a APAF de maio de 2012 possui três tarefas: 1. Apreçar o pedido do CRP-05 de retirada da COMORG. 2. Definir os eixos. 3. Apreçar a proposta de regulamento e novo cronograma do VIII CNP. Humberto Verona falou na possibilidade de o CFP apreciar o Sisconferência, que é um sistema de votação das teses utilizado na Conferência de Saúde.

Pelo cronograma, o conselheiro Aluizio Brito disse que o primeiro passo é constituir a COMORG Nacional e os conselhos regionais têm até o final de maio de 2012 para organizar as comissões regionais. Informou que o Sisconferência foi apreciado pelo setor de informática deste conselho e que ele poderá ser utilizado pelo CFP, é gratuito, porém aceita apenas 7 teses de cada estado. Disse que o sistema não permite nenhum tipo de alteração, sendo necessário conhecê-lo e avaliá-lo melhor, pois até maio de 2012 é preciso ter definido o sistema que o CFP utilizará.

Humberto Verona informou que este não é um sistema de votação por aparelho, mas um banco de dados, e sugeriu fazer um contato com Gastão Wagner, coordenador da Comissão Organizadora da Conferência Nacional de Saúde, a fim de saber qual foi a empresa contratada que usou o sistema informatizado de votação. Disse que é preciso avaliar esse sistema de lançamento de teses, porém considerou o sistema automático de votação o mais indicado, pois dá agilidade ao processo. O presidente lembrou que os eixos foram construídos por este plenário e apresentados na APAF de dezembro de 2011. Informou que o cronograma está pronto e que o

[Handwritten signatures and initials]

regulamento será elaborado pela COMORG, ressaltando que ele precisa ser aprovado na APAF de maio de 2012, para iniciar o processo. Falou que é necessária uma reunião da COMORG para definir e construir o regulamento. Leu o regulamento do VII CNP e abriu para sugestões de acréscimo e alterações, dizendo que é preciso subsidiar o conselheiro Aluizio para a reunião da COMORG.

À medida que a leitura foi acontecendo, o plenário foi discutindo, atualizando e propondo alterações, considerando as deliberações da APAF passada e o regulamento do VII CNP. Dessa forma, foi elaborada uma Minuta de Regulamento do VIII CNP, que será discutida no GT e posteriormente enviada para aprovação da APAF. O documento contendo as atualizações e alterações sugeridas encontra-se anexo.

REGULAMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA GRAFOLOGIA.

O conselheiro Aluizio Brito informou que houve uma audiência com o assessor do senador Rodrigo Rollemberg, na qual foi entregue um documento falando dos equívocos do projeto. Disse também que o parecer da comissão foi transformado em ofício e enviado diretamente ao senador, o qual retirou o projeto da pauta e atendeu a solicitação de uma audiência pública, a qual está para ser marcada desde quando ele recebeu o ofício. Até o momento, o conselheiro informou que o processo está parado.

Como encaminhamento para APAF de maio de 2012, foi decidido:

- Pautar para Reunião entre Presidentes como informe. Nessa ocasião o presidente Humberto Verona deverá sugerir que o ponto seja retirado da pauta da APAF e dizer que o processo está parado aguardando audiência pública.

O conselheiro Aluizio solicitou que o material sobre a grafologia seja retirado da pasta da APAF e incluído na pasta da reunião entre presidentes.

PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL. Em relação ao ponto da psicologia organizacional, a conselheira Adriana Eiko informou que é um ponto remanescente, que vem sendo debatido em reunião entre presidentes e APAFs desde a gestão anterior, em função das ações que os Conselhos Regionais de Administração têm realizado e atuado psicólogos e PJs de psicologia com o argumento de que estes estariam extrapolando e exercendo ilegalmente a profissão de administrador. Fez um breve resumo da trajetória. Relatou que de posse desse problema, o Sistema Conselhos de Psicologia encaminhou uma solicitação aos conselhos regionais para que fizessem um levantamento das ações sofridas, o qual foi sistematizado. Foi solicitado um parecer da assessoria jurídica do CFP sobre todos os processos encaminhados pelo

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten signatures and initials at the bottom of the page]

CRPs, o qual aponta que, em todos os casos, a psicologia saiu vencedora e que nenhuma decisão chegou à esfera federal, o que dá argumento para um esclarecimento junto a APAF de que o tamanho do problema que estava sendo colocado inicialmente é bem menor. Disse que há uma clareza no sistema de justiça de que o psicólogo não extrapola, há um entendimento do Sistema Conselhos de que essas questões têm ocorrido, muitas vezes, pela falta de discriminação do objeto social das PJs. Considerou satisfatória a elaboração de uma nota esclarecendo os psicólogos sobre a abertura de PJs e orientando quanto ao trabalho de interface com os recursos humanos e administração, bem como fortalecendo a resolução do CFP, já existente a respeito do assunto. Em 2011, foi combinado que essa nota seria elaborada em conjunto pelo CFP e SBPOT, porém ainda não foi realizada. Questionou se o CFP deve assumir essa nota sozinho ou se insiste na parceria com a SBPOT. Informou que já existe um roteiro da nota, elaborado no ano passado.

Pelo levantamento realizado, a conselheira Marilda Castelar ponderou que é um problema localizado no Espírito Santo e sugeriu retirar o ponto da pauta da APAF e incluir na pauta de reunião entre presidentes. Considerou também que a nota orientadora deva ser direcionada ao Espírito Santo, juntamente com uma ação junto ao CRA daquele estado.

A conselheira Adriana Eiko apresentou a proposta de articular e organizar um debate online sobre psicologia organizacional.

Como encaminhamento para ser apresentado na APAF de maio de 2012, o plenário acordou o seguinte:

- Informar na APAF a proposta de organização de um debate online sobre a psicologia organizacional.
- O CFP redigirá uma nota de esclarecimentos para ser distribuída na APAF e proporá o encerramento do ponto.

FUNDAÇÕES ESTATAIS DE DIREITO PRIVADO. O presidente, Humberto Verona informou que este ponto foi uma solicitação do CRP 07, o qual fez um documento chamado "Fundações Estatais de Direito Privado: desprecarizar ou privatizar o SUS?".

A conselheira Maria Ermínia disse que a discussão das fundações estatais de saúde não é inerente às atribuições do Sistema Conselhos de Psicologia, mas uma forma de gestão do serviço público no centro da polêmica sobre a questão, se trata-se ou não de terceirização ou privatização. Explicou que a fundação estatal tem sido um recurso muito usado em especial pelos governos do PT em todo o país, inclusive pelos ministérios, para contrapor as organizações sociais e as OSCIPS, sendo um polo de divergência tanto partidário quanto de movimentos dentro do âmbito de todos os que estão

4

[Handwritten signatures and initials]

envolvidos na questão. Considerou que é preciso incentivar os conselhos a debater e aprofundar o tema. Sugeriu discutir na APAF o porquê deste ponto estar dentro dessa pauta e incentivar o debate dos modelos de políticas públicas, mas evitar o máximo que essa seja uma questão de polarização e que o CFP tenha o cuidado de não apresentar nenhum posicionamento; nem contra e nem a favor. Comentou que além da questão das comunidades terapêuticas, esse foi o único ponto polarizado dentro da Conferência Nacional de Saúde. Caso seja necessário, propôs em outro momento, chamar as várias posições dentro da psicologia para debater o assunto. A conselheira informou que os CRPs 07 e 05 fazem parte da Frente Nacional contra a privatização do SUS e que há um *tensionamento* dentro dos grupos de saúde da psicologia. Considerou que o CFP deve trabalhar com a amplitude daqueles que defendem o SUS, apoiando a Frente Nacional contra a privatização e também apoiar aqueles que estão fazendo esforço para melhorar o nível de precarização e as formas de gestão. É preciso apoiar todos os blocos que defendem as políticas públicas. Caso seja aprovada a retirada do ponto da pauta da APAF, sugeriu a organização de um debate com a presença da Lumena Furtado.

O encaminhamento para a APAF de maio de 2012 foi assim decidido:

- A delegação do CFP deverá convencer que esse tema não é discussão para a APAF e, portanto deverá propor que ele seja debatido pelos Conselhos regionais.
- Caso a APAF não aceite os argumentos do CFP e entre na discussão, a posição deverá ser de defender o debate entre psicólogos, sem tomar nenhum posicionamento precoce.

TESTE RÁPIDO PARA DIAGNÓSTICO DE HIV: IMPLICAÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO DA PSICOLOGIA NA POLÍTICA DE DST/AIDS. O presidente Humberto Verona informou que esse ponto também foi solicitado pelo CRP 07.

A conselheira Monalisa Barros relatou que essa discussão surgiu no FENPB, colocada pela SBPH, que fez questionamentos sobre a portaria do Ministério da Saúde que autoriza a execução do teste rápido para diagnóstico do HIV por todos os profissionais de nível superior da área da saúde e que estejam capacitados, incluindo os psicólogos. Disse que a SBPH defende que esse procedimento seja privativo do médico, com o argumento de que é uma técnica invasiva e que o psicólogo não tem competência para dar diagnóstico, já que essa é uma patologia nosológica. A conselheira ressaltou que esse questionamento não vem dos médicos e sim dos psicólogos da SBPH e que houve um encontro para tratar desse assunto entre CFP, SBPH e Coordenação Nacional do DST/AIDS do Ministério da Saúde. Segundo a conselheira, a

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'Humberto Verona' and several other initials. A small number '5' is written near the bottom right of the signatures.

coordenadora da área da prevenção, onde está locado o teste rápido, apresentou todos os argumentos para a prática desse instrumento pelos profissionais da saúde e disse que é o CFP quem deve decidir se o psicólogo pode ou não fazer o teste e que a questão do diagnóstico é uma discussão vencida em todas as outras áreas, exceto a psicologia. A conselheira disse que a representante da SBPH, integrante da nova direção, não tinha informação a respeito do assunto, assim a reunião ficou sem sentido. No entanto, foi solicitado ao Ministério da Saúde um documento referendado com todos os seus argumentos a respeito do assunto para ser apresentado neste plenário e para ser usado como subsídio na APAF, porém, até o momento, não houve nenhum retorno. Sugeriu pressionar o Ministério da Saúde para que envie o documento e que este plenário se posicione.

O presidente Humberto Verona leu os argumentos apresentados pelo CRP 07, em anexo e disse que a proposta dele é que o CFP construa critérios para avaliar a indicação ou não do teste rápido em cada situação. Informou que o CRP 07 está problematizando que o Ministério da Saúde não tem oferecido subsídios para os profissionais fazerem essa avaliação, mas que não se coloca contrário a utilização desse teste por psicólogos. O presidente ressaltou que a SBPH além de apresentar um posicionamento desfavorável, também criticou o CFP, no FENPB, por ter elaborado uma nota pública na gestão passada, autorizando o psicólogo a utilizar o teste rápido. Para a APAF, o CRP 07 aponta a importância de debater esse assunto, principalmente no que se refere à participação do psicólogo na coleta, análise e emissão do laudo diagnóstico do teste rápido para detecção anti-HIV e posicionamento da Psicologia, enquanto categoria, sobre a política de utilização desse Teste e as implicações do uso dele para a Política de DST/AIDS. Humberto Verona disse que é preciso decidir se o CFP apresentará um posicionamento contrário ou a favor do teste.

Maria Ermínia defendeu que o CFP deve ser favorável e deixar bem claro que o CFP se orgulha muito de fazer parte do programa de AIDS do Ministério da Saúde, reconhecido pela Organização Mundial de Saúde, como sendo o melhor do mundo. Considerou que o Sistema Conselhos deve ser a favor, não somente para o teste rápido para diagnóstico da AIDS, mas como para outras várias doenças e levar o debate para o FENPB. A conselheira comentou que o psicólogo tem atribuições mais complexas que a utilização do teste rápido e que na norma do Ministério da Saúde a capacitação para o psicólogo é optativa.

O conselheiro Celso Tondin disse que é preciso deixar claro na discussão da APAF de que, neste ponto, o ato médico está em questão. Saliu que ser contrário à utilização do teste seria reforçar o discurso a favor do ato médico.

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

[Handwritten mark]

Encaminhamento para APAF:

- Direcionar o posicionamento do Sistema Conselhos para defender a posição de realização do teste rápido para diagnóstico do HIV e levar o debate para o FENPB.

Foi apresentado o cartaz do CREPOP que mostra uma foto de um consultório de rua em Pernambuco.

O cartaz foi aprovado pelo plenário, com a indicação de embaçar os rostos das pessoas na foto.

PSICOTERAPIA: UMA ATRIBUIÇÃO PRIVATIVA DO PSICOLOGO. A conselheira Deise Nascimento informou que há uma demanda do CRP 01 para uma conversa com alguém do CFP sobre o ano da psicoterapia, apontando uma questão específica a respeito da privatização da psicoterapia como atividade do psicólogo. Considerou que um diálogo entre CFP e CRP 01 antes da APAF, poderia colocar o ponto na pauta com outro tipo de qualificação.

Humberto Verona disse que o ponto "Psicoterapia: Uma atribuição privativa do psicólogo" foi proposto pelo CRP 01 e que o CFP deve discutir um posicionamento sobre o assunto, bem como avaliar também as questões da psicoterapia que precisam ser levadas para a APAF, lembrando que a psicoterapia online deverá ser discutida neste ponto.

O conselheiro Henrique Rodrigues informou que assumiu a responsabilidade pelo tema da psicoterapia e que é preciso dar foco a ele, já que, desde 2009, ano da Psicoterapia, o tema deixou de ser debatido dentro do Sistema Conselhos. Em relação à questão, disse que a primeira providência será uma conversa com o CRP 01 para esclarecer sobre o que está acontecendo nesse campo. Lembrou que foi definido no ano da Psicoterapia que a questão da exclusividade não seria um tema definido, mas uma questão a ser permanentemente avaliada, embora o CFP sempre tenha defendido a não exclusividade por questões epistemológicas e também políticas. Depois deverá ter uma retomada do tema dentro do Sistema Conselhos, incluindo a discussão da psicoterapia online e da resolução 10/1997, na qual existem alguns pontos que precisam ser melhores esclarecidos. Citou o artigo 1º da resolução, o qual diz "somente técnicas ou práticas psicológicas já reconhecidas como próprias do profissional psicólogo e que estejam de acordo com os critérios científicos estabelecidos no campo da Psicologia". Questionou que práticas e técnicas são essas, considerando a necessidade de discutir e definir o que o Sistema Conselhos reconhece como técnicas e práticas da psicologia. Ressaltou a dificuldade dessa definição, já que hoje em dia existem inúmeras práticas e técnicas abarcadas pelos psicólogos. Questionou também o que é o reconhecer para o Sistema conselhos e ponderou que esse

reconhecimento deve ser pautado pelo reconhecimento acadêmico, pela produção técnica e por uma série de quesitos que podem avaliar se uma psicoterapia é válida ou não. Disse que já existe algum material que de forma ampla, pode ajudar a definir uma prática reconhecida pelo Sistema Conselhos, mas sugeriu não fazer uma listagem dessas práticas.

O presidente Humberto Verona explicou que a APAF tem como ponto de pauta a discussão sobre a exclusividade ou não da psicoterapia para psicólogos e questionou se levará outras sugestões de retomada da discussão da psicoterapia pelo Sistema Conselhos.

A conselheira Cynthia Ciarallo comentou sobre a discussão da psicoterapia no CRP 01, a qual foi um dos seus focos da plataforma eleitoral e que ela nasceu devido a uma preocupação de o psicólogo perder espaço no mercado de trabalho e comprometer os serviços públicos. Ressaltou que em Brasília não há consenso sobre o que é ou não prática do psicólogo, principalmente nos serviços de saúde.

Por ser uma questão política, o conselheiro Henrique Rodrigues pediu cautela para abordar o assunto e considerou importante discutir sobre qual é o papel da psicoterapia na política pública. Disse que é impossível a exclusividade para a psicologia, já que a psicoterapia foi trazida anteriormente pela medicina, a qual tem um departamento de psicoterapia dentro da Sociedade Brasileira de Psiquiatria e também porque o conceito epistemológico de psicoterapia não tem uma definição psicológica e sim uma ampla gama de possibilidades. Portanto, ressaltou que lutar pela exclusividade não é um ato psicológico inteligente, mas é importante pensar em como aproveitar os discursos da não exclusividade para agregar outras possibilidades, incluindo as políticas públicas.

A conselheira Monalisa Barros ponderou que o CFP deve dizer em outro momento, quais os parâmetros para o psicólogo fazer psicoterapia, e que, para a APAF, deve ser levada a demanda do CRP 01, que precisa ser respondida. Considerou que a questão da exclusividade da psicoterapia é uma discussão vencida, já que é um assunto que vem desde o 1º Congresso de Psicologia em 1992.

Embora julgue que não seja uma questão para APAF, a conselheira Maria Ermínia considerou necessário que o CFP se posicione de alguma maneira, lembrando que no planejamento estratégico foi falado que o CFP teria uma posição firme contra qualquer ato exclusivo.

O conselheiro Celso Tondin comentou que o assunto não foi vencido e avaliou que é o momento de estabelecer uma coerência, para que o Sistema Conselhos não reproduza com outras profissões a mesma relação estabelecida pela medicina em relação ao ato médico. Julgou também que um dos pontos fundamentais dessa discussão é o argumento de que a psicologia é muito

integrativa, cooperativa, colaborativa, interdisciplinar e multiprofissional, porém o mundo não é assim e exige certo corporativismo. Considerou que é preciso definir se o CFP defende o raciocínio de coerência ou se começa a impor limites de atuação para outras profissões, dizendo que tal campo é da psicologia. Afirmou que a psicoterapia não é exclusividade do psicólogo.

O conselheiro Henrique Rodrigues também defendeu a não exclusividade da psicoterapia para o psicólogo. Relatou que quando aconteceu o ano da psicoterapia, em 2009, esse assunto foi muito tensionado e acabou não ficando bem esclarecido para muitos. Naquele ano foram produzidos documentos e sistematizações, porém, por várias questões, não teve continuidade. Ressaltou que há movimentos dentro da psicologia em prol da exclusividade e considerou necessário discutir as várias questões que perpassam o tema e definir os parâmetros para defender a não exclusividade. Propôs, então, resgatar, aprofundar a discussão e levar para os CRPs, não em APAF, mas de outra maneira a fim de obter uma conclusão. Considerou importante reforçar a qualidade da formação dos psicólogos psicoterapeutas nesse campo, o qual a psicologia já é socialmente reconhecida. Reforçou que mostrando competência e psicólogos qualificados, o campo ficará garantido, não pela exclusividade, mas sim pela competência.

O presidente Humberto Verona relatou que o debate a respeito da exclusividade, na gestão passada, apresentava o argumento contrário a qualquer tipo de ato, mas a favor do fato de o psicólogo ser o profissional com melhor formação e qualificação para o exercício da psicoterapia. Considerou que esse deve continuar sendo o argumento, bem como é preciso avançar na discussão e nos parâmetros para a formação e atuação do psicólogo nas psicoterapias para que a sociedade reconheça a psicologia como a profissão mais adequada para tal atividade. Em relação à resolução 10/1997 informou que a gestão passada do CFP, em 2009, editou uma nota técnica, dizendo que o código de ética profissional é o parâmetro utilizado para definir se a prática é autorizada ou não, ponderando que esta foi a melhor resposta para a questão até o momento. Como essa é uma questão recorrente em todas as COFs regionais, sugeriu retomar esse documento, o qual foi encaminhado à época, para todos os CRPs.

A conselheira Flávia Lemos expôs a necessidade de uma reflexão, para não ir a extremos, pois por mais que a defesa seja para não vetar algumas atividades para outras profissões, a própria formação acadêmica delimita disciplinas, objetos e métodos. É preciso ter cuidado e dizer que o CFP é contra a dominação, mas não contra tudo, pois dizer que a psicologia está fora da disputa do saber poder com outras profissões é uma ingenuidade.

[Handwritten signatures and initials on the right margin, including names like 'Humberto Verona', 'Flávia Lemos', and others.]

Segundo relato do conselheiro Celso Tondin, na reunião com o CRP da Paraíba, o senador Cássio Cunha Lima informou que os médicos lhe disseram que se não tivesse a lei da forma como está, as outras profissões tomariam as medicações para si, ou seja, prescreveriam medicamentos. Tal argumento sensibilizou o senador, que no seu entendimento a prescrição terapêutica é sinônimo de medicamento, e que diagnóstico nosológico é diagnóstico de doenças, sendo esta atribuição dos médicos.

A conselheira Maria Ermínia considerou necessário um debate interno, no qual o plenário pudesse contar com ajuda de alguém de fora que tenha uma visão maior da dinâmica das profissões para esclarecer e começar a construir uma lógica, uma linha política para o próximo ano, que faça essa discussão macro, sem cair nos extremos. Pensou na possibilidade de uma oficina que possa produzir um planejamento político interno, pois não é o momento para incluir outros atores, com o objetivo de avaliar como amarrar vários elementos que não se conversam e poder construir e ampliar os critérios para a psicoterapia. Informou que a Farmácia inclui o tratamento com florais no rol de suas práticas.

A conselheira Tânia Brasileiro retomou o documento atribuições profissionais do psicólogo no Brasil no catálogo Brasileiro de Ocupação do Ministério do Trabalho, no qual a discussão sobre a psicoterapia encontra-se diluída de forma fragmentada e confusa. Ressaltou que é preciso buscar coerência num sentido mais amplo, pois se o CFP defender a não exclusividade da psicoterapia para o psicólogo, então não deverá ser contrário a criação da psicopedagogia.

Humberto Verona esclareceu que a psicopedagogia é uma atividade e não uma profissão.

A conselheira Ângela Caniato lembrou a época, na década de 60, em que a psicologia foi proibida, pela Sociedade de Psicanálise, de exercer a psicoterapia. Considerou interessante verificar se há algum estudo que faça um levantamento da história da discussão a respeito da psicanálise, pois desde aquela época a questão é bastante questionada, o que poderá ajudar o CFP a ter uma posição melhor definida. Manifestou preocupação como discurso da não exclusividade não delimitar fronteiras.

Mariilda Castelar considerou impossível discutir esse tema sem remeter a formação, considerando que a maior área de interesse dos psicólogos está na saúde e na psicoterapia, apontando que a formação continua sendo focada na psicoterapia tradicional e clássica. Sugeriu que o tema fosse articulado com a ABEP e talvez com os grupos de pesquisa da ANPEPP também, para que o CFP possa avançar nas diretrizes já trabalhadas. Considerou importante agregar parceiros, trazer outros campos que possam falar das formas que

10

fazem psicoterapia nas instituições, principalmente nas políticas públicas e ampliar esse debate. Lembrou que no ano da psicoterapia houve uma dificuldade de articulação com outros campos, que não fosse o tradicional.

A nota de 2009 foi distribuída e a conselheira Adriana Eiko comentou sobre ela, sugerindo introduzir um debate sobre a relação com as práticas integrativas e complementares, como forma de enriquecer a argumentação e não usar a terminologia práticas alternativas.

O conselheiro Henrique Rodrigues informou que o texto foi considerado ambíguo pela crítica do EMDR. Propôs fazer uma revisão e análise do texto, verificando os desdobramentos que podem ajudar a criar um espaço melhor de discussão. Dispôs-se a ser o responsável por essa tarefa, com a ajuda do conselheiro Aluizio Brito e propôs-se também a reavaliar a sistematização do ano da psicoterapia de 2009, colocando as propostas que respondem algumas questões ambíguas desse texto e apresentar em outra plenária para que a discussão aconteça de forma mais clara e objetiva. Considerou importante o diálogo com o CRP 01 e pediu uma definição do plenário se deve ou não haver essa conversa e também sobre a proposta que apresentou.

Humberto Verona opinou no sentido de que a conversa com o CRP 01 precisa acontecer e considerou que, retomar a discussão do ano da psicoterapia e refazer o texto, é uma possibilidade, porém são necessários parâmetros melhores definidos sobre o que é a psicologia clínica, como a psicoterapia se situa dentro dela e também conhecer os limites da profissão para que este plenário possa avançar na discussão e saber enfrentar a situação. Ponderou que a psicoterapia ainda é o maior campo de prática, muito importante e valorizado dentro da profissão no Brasil. Afirmou que não defende qualquer tipo de ato, mas é preciso deixar claro os limites para as profissões. Para esta APAF, disse que o CFP deve se restringir a defender a não exclusividade da psicoterapia para psicólogos, dizendo que essa prática faz parte do campo de atuação de várias profissões, sendo inconcebível pensar na exclusividade.

O conselheiro Henrique Rodrigues listou as diretrizes tiradas no ano da psicoterapia, considerando que elas podem apontar uma direção para o trabalho deste plenário. Disse que trazendo esse material para uma próxima plenária, a discussão pode avançar.

A conselheira Ângela lembrou que os conselhos de psicologia admitem e dão titulação aos psicólogos de psicólogo clínico. Disse que é preciso delimitar essa especialização dentro da profissão.

Em relação à organização dessa oficina e de um debate mais amplo, a conselheira Maria Ermínia sugeriu incluir a discussão de núcleo e campo,

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below.]

pensando em Nelson ou alguém do grupo do Gastão para colaborar nesse debate. Elogiou o Seminário Online de Práticas Integrativas e Complementares coordenado pela Madel Luz, que falou sobre as racionalidades das profissões, considerando interessante que os conselheiros assistam e sugeriu incluir também alguém desse grupo para contribuir para o avanço da discussão.

Já a conselheira Flávia Lemos sugeriu chamar uma pessoa que possa discutir a sociologia do conhecimento das profissões e outra da educação que faça uma discussão mais crítica do currículo da formação e da atuação.

Humberto Verona explicou o que significa núcleo e campo e falou que é importante refletir sobre essa dinâmica. Disse que o debate deve ser organizado considerando todas as referências apresentadas nesta plenária.

O ponto foi concluído com os seguintes encaminhamentos:

- O CFP retomará a discussão sobre psicologia clínica, psicoterapia e limites da profissão.
- Trazer parceiros para ampliar o debate (ABEP e ANPEPP).
- Levar a discussão para outros campos, verificando por onde a psicoterapia tem sido abordada.
- No texto orientativo do CFP, de 2009, substituir o termo práticas alternativas por práticas integrativas e complementares.
- Os conselheiros Henrique Rodrigues e Aluizio Brito devem trazer parâmetros, a partir do texto orientativo de 2009 e sistematização do ano temático da Psicoterapia para subsidiar uma discussão em plenária.
- Os conselheiros devem assistir o Seminário Online de Práticas Integrativas e Complementares com a Madel Luz, para ajudar na discussão.
- Para a APAF, a delegação do CFP deverá defender que a Psicoterapia faz parte da atuação de muitas profissões e não deve ser exclusiva da Psicologia.

CASO EMDR -DESSENSIBILIZAÇÃO E REPROCESSAMENTO POR MEIO DOS MOVIMENTOS OCULARES. O conselheiro Henrique Rodrigues disse que a questão do EMDR está ligada a toda a discussão da psicoterapia, pois se trata de uma prática. Dentro dessa discussão, o CRP 01 e o CFP têm um parecer que não desabona o EMDR e o coloca como uma prática que pode ser reconhecida dentro do processo psicológico. Falou que essa questão também eclodiu no CRP 12, com muitas críticas ao EMDR, por ser uma prática desconhecida por muitos, porém tempo depois as pessoas perceberam que o EMDR é uma prática cientificamente passível de ser avaliada. Considerou que a polêmica a respeito do EMDR é por ela ser uma prática pouco conhecida pela maioria das pessoas e pelos CRPs. Expôs que o questionamento do CRP

16 é se o CFP reconhece ou não a prática do EMDR, e coloca a necessidade de o CFP ter um discurso o qual o Sistema Conselhos possa agregar para não ficar a mercê de várias interpretações dos CRPs. O conselheiro informou que há uma defesa de que as práticas precisam ser vistas por meio do código de ética profissional, das COEs e COFs. Sugeriu que a delegação do CFP se aproprie de um documento que fala do posicionamento do CRP 16, bem como o parecer elaborado pelo próprio conselheiro e o parecer do Adriano Furtado Holanda que trata do assunto. Ressaltou que o problema não é propriamente a questão EMDR, mas uma demanda para que o CFP faça um discurso comum perante as práticas emergentes, definindo o que é ou não reconhecido.

Como encaminhamento para APAF foi decidido o seguinte:

- Se o ponto não for retirado da pauta, o CFP deve defender o ofício que enviou indicando que o CFP não chancela nenhuma prática.

Vencidos todos os pontos da APAF, o presidente Humberto Verona informou que é necessário definir a delegação. Disse que a proposta é que os quatro membros da diretoria participem e, dentre eles, três delegados efetivos e um suplente, podendo ter a participação de mais um conselheiro.

Foi definida a composição da delegação do CFP para participar da APAF da seguinte forma:

- Humberto Verona, Clara Goldman, Monalisa Barros, como efetivos.
- Deise Nascimento e Aluizio Brito como suplentes. Caso ele não possa participar, a conselheira Ana Luiza Castro será designada.
- Como convidados do CFP: Pedro Paulo Bicalho para apresentar o ponto do GT de Álcool e outras Drogas e a conselheira Adriana Eiko para o ponto Revisão da Política de Orientação e Fiscalização.

Humberto Verona informou que Elisa Zanerato aceitou o convite para representar o CFP na coordenação da Frente Drogas e Direitos Humanos, porém, na próxima reunião, dia 26 de maio, ela não poderá participar e a conselheira Adriana Eiko irá substituí-la. Foram decididas as prioridades dos pontos da pauta da plenária e pediu que o ponto Política internacional do CFP fosse para a próxima plenária, pois é uma discussão que demandará tempo e atenção. Sugeriu iniciar a discussão com os pontos mais rápidos.

PROGRAMETES SOBRE ESCUTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. A conselheira Flávia Lemos informou que, como foi dito na plenária anterior, alguns temas serão levados para a Conferência da Criança e do Adolescente e dentre eles a escuta. Disse que para isso, a ideia é fazer três pequenos filmes, (programetes), sendo que o primeiro mostrará o histórico e o contexto dos 11 anos, desde a emergência do depoimento sem dano, depoimento especial,

escuta e falará um pouco sobre os debates e as ações produzidas pelo CFP sobre o tema. O segundo filme apresentará falas de vários profissionais de diferentes áreas sobre o assunto, uma provocação ao CONANDA que ainda não se posicionou e os marcos legais internacionais e nacionais. Já o terceiro filme fala de alternativas na rede de proteção e no sistema de garantia de direitos. Falou de um livro da Associação do Tribunal de justiça (TJ), que aborda vários aspectos legais, inclusive internacionais, que oferece elementos e amparo para o trabalho do grupo.

O presidente Humberto Verona colocou os programetes em aprovação e eles foram aprovados por unanimidade.

Humberto Verona relatou que no lançamento desse livro, o CRP 06 foi atacado pela Associação do TJ por ter feito a proposta de um monitoramento da experiência de um juiz, que se propõe a ter outro modelo de depoimento sem dano. Informou que fez uma reunião em Montevideu, com duas diretoras do CRP 06, sobre esse assunto, já que havia um combinado entre os dois conselhos de não apoiar essa experiência, mas sim monitorar. Combinou-se também que CFP junto com o CRP 06 e as equipes que acompanharam deverão avaliar esse monitoramento para atualizar o Sistema Conselhos a respeito dessa experiência e das providências que deverão ser tomadas. Disse que é preciso marcar coma diretoria do CRP 06 uma avaliação desse monitoramento. Sugeriu fazer uma memória de todo esse processo.

A conselheira Márcia Mansur relatou que começou a acompanhar esse monitoramento, junto com a Iolete Silva e que houve uma primeira reunião, na qual construíram os indicadores. O CRP 06 ficou de ir a uma reunião com o TJ, porém não deu retorno, apesar dos vários pedidos de informações. Disse que o André, assessor técnico da COTEC, resgatou toda essa história.

Humberto Verona solicitou fazer uma memória de todo esse processo, enviar à diretoria do CRP 06 e pedir para marcar uma reunião a fim de discutir toda a questão do monitoramento.

A conselheira Ana Luiza lembrou que na plenária passada, a conselheira Sandra Amorim apresentou um amplo relato sobre o tema Criança e Adolescente e concluiu com dois encaminhamentos; um de apresentar o argumento do programete e o outro era que esse programete pudesse instruir este plenário a tomar uma posição sobre o projeto de São Paulo.

Encaminhamentos após a discussão:

- Aprovados os três programetes.
- Procurar a diretoria do CRP-06 para marcar uma avaliação do monitoramento do projeto "Depoimento sem Dano"

- Fazer um histórico de todos os fatos sobre esse assunto para levar na reunião com o CRP-06 (resgatar que o CFP já solicitou reuniões para fazer esse monitoramento, mas não recebeu retorno).

PL: ATO MÉDICO. O conselheiro Celso Tondin fez um reconhecimento ao presidente Humberto Verona por ter interrompido um evento no Uruguai para comparecer a audiência do ato médico. Sugeriu que todos os conselheiros assistam à audiência, disponível no site do senado federal. Disse que nessa audiência foi questionado se resolve a questão, colocando diagnóstico médico e a resposta do presidente da Comissão, o senador Roberto Requião, foi positiva. Diante disso, o conselheiro considerou necessário potencializar esse discurso e conseguir permanentemente um diálogo sobre esse assunto, fazendo com que ele não saia de pauta. Informou que dia 09 de maio haverá uma reunião da Frente FCPAS para preparara manifestação que acontecerá dia 30 de maio. Relatou que a Frente, a princípio estabeleceu que a manifestação seria em todos os estados, depois decidiu que seria nacional, porém como muitos conselhos regionais já haviam programado ações locais a manifestação acontecerá em Brasília e nos regionais. A proposta é que os CRPs invistam nos seus estados. Manifestou preocupação com essa manifestação, por considerar a Frente desorganizada e sem direção política. Por isso, julgou necessário que o CFP tome a liderança. Sugeriu fazer uma revisão da macro política do relato da audiência.

Humberto Verona concordou que a solução é colocar o termo diagnóstico médico e prescrição médica e sugeriu fazer um ofício em nome do CFP aos senadores Roberto Requião e ao Cássio Cunha Lima, relator do projeto, fazendo referência e valorizando essa proposta, ressaltando que ela é a proposta de conciliação. Disse que na audiência o Conselho Federal de biomedicina e o COFFITO também defenderam essa proposta.

Complementando o encaminhamento, o conselheiro Celso Tondin sugeriu listar as doenças que são diagnosticadas pela psicologia.

O presidente informou que, para essa audiência, teve assessoria de Ricardo Cecin, que solucionou o caso, dizendo que existem várias necessidades de saúde, que dentro do conceito de doença que está no projeto, são considerados diagnósticos nosológicos, tais como queixas difusas, podendo ser diagnosticadas pela psicologia. Disse que entregou à COTEC e a Olmar, assessor parlamentar do CFP, uma cópia da sua fala, com essas argumentações, as quais poderão ser acrescentadas ao mesmo ofício que defende o termo diagnóstico médico. Ressaltou que é importante levar essa argumentação para a reunião no dia 09 de maio e pensou na possibilidade de ela ser o mote da mobilização do dia 30 de maio.

[Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including names like 'celso', 'Ricardo', 'Olmar', and 'COTEC']

O conselheiro Celso Tondin solicitou que esse documento fosse enviado a ele a fim de poder acompanhar e participar da elaboração do ofício.

A conselheira Maria Ermínia ponderou que não há tempo hábil para organização de uma mobilização de massa, lembrando que maio é o mês da luta antimanicomial, a qual os CRPs estão todos envolvidos. Porém, o presidente Humberto Verona ressaltou que já há vários conselhos regionais mobilizados.

Para a manifestação em Brasília, a conselheira Flávia Lemos sugeriu mobilizar não só o CRP, mas também as universidades, chamando professores e alunos para participarem.

Humberto Verona considerou importante acionar o CRP 01 para que ele possa ajudar a mobilizar as pessoas e junto com as universidades e outros atores de outras categorias possam participar da manifestação em Brasília. Sugeriu ainda que na reunião do dia 09 de maio, seja solicitado que os CRPs busquem ajuda junto aos outros conselhos de classes da região.

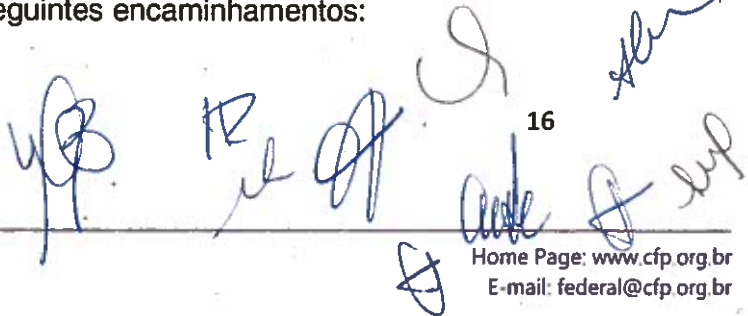
A conselheira Cynthia Ciarallo falou da importância da presença do presidente do CFP na audiência, porém ressaltou não ter sido bom ele ter ido embora antes do término do debate. Como estratégia, pensou na ideia de entregar o ofício, no dia da manifestação, como um ato solene, com a presença de Humberto Verona e outros presidentes de conselhos profissionais. Considerou necessário dar prioridade a essa questão e falou na possibilidade de fazer mobilização nas faculdades, disponibilizando ônibus e tentando garantir um maior número de participação. Ponderou ser estratégico, igualmente, ter no dia da manifestação, algumas ações paralelas e pensar em articulações políticas; talvez, seria eficaz fazer pressão para que haja algum evento político que esteja junto a essa mobilização, a fim de potencializar esse dia. Reforçou a necessidade de chamar outros atores políticos para essa manifestação.

O conselheiro Celso Tondin ressaltou que é importante entregar a posição do CFP imediatamente, não podendo esperar até o dia 30 de maio. Depois, seria salutar discutir essa posição na Frente para que ela seja coletiva e apresentada no dia da manifestação. Sugeriu *publicizar* esse ofício, informando que ele foi entregue aos senadores.

A conselheira Flávia também considerou a ideia de entregar o ofício antes e no dia da mobilização todos os conselhos juntos façam um ato simbólico de entrega desse mesmo ofício.

O ponto foi concluído com os seguintes encaminhamentos:

16



- CFP enviará imediatamente (até o dia 9/5/12) ofício ao senador Roberto Requião e ao relator Cássio Cunha Limacom a proposta de que fiquem no PL os termos “diagnóstico médico” e “prescrição médica”.
- Solicitar alteração no relato da Macropolítica, para que inclua essa questão do diagnóstico médico.
- Usar o registro da fala do Humberto na elaboração do ofício.
- Resgatar todos os documentos que já foram encaminhados aos senadores sobre o assunto para enviar ao conselheiro Celso Tondin.
- Na reunião do FCPAS do dia 9/5/12, o CFP deverá informar sobre a importância de defender a terminologia “diagnóstico médico”.
- Acionar o CRP-01 para ajudar a trazer alunos de graduação e outros atores para a manifestação do dia 30 de maio em Brasília.
- Humberto Verona deve vir para a manifestação do dia 30 de maio, para fazer um ato simbólico e entregar em mãos o ofício defendendo os termos “diagnóstico médico” e “prescrição médica”.

FÓRUM MERCOSUL. A conselheira Tânia Brasileiro apresentou as decisões da subcomissão de desenvolvimento e exercício profissional do MERCOSUL, que se reuniu em Buenos Aires entre os dias 16 e 18, na qual foram validadas as terminologias profissionais. Informou que a psicologia foi a primeira profissão, dentre todas aquelas que serão inseridas na matriz mínima, que já está totalmente resolvida em relação à terminologia de consolidação. Disse que na Argentina e no Brasil o profissional era chamado psicólogo, no Uruguai e Paraguai era licenciado em psicologia e que, na consolidação, ficou decidido pela terminologia “psicólogo”. Informou ainda que foi interrompida a construção da cartilha de orientação sobre a matriz mínima. Solicitou a retomada dessa cartilha, caso o plenário julgue importante, lembrando que ela será necessária para orientar todo o país. Mencionou que o e-mail enviado pelo Fórum do Mercosulao CFP, foi socializado apenas a ela e a área da saúde. Em relação ao PL 517/2011, que institui e disciplina o uso da mediação como instrumento para prevenção e solução consensual de conflitos, a conselheira informou que ele está na Comissão de Justiça do Senado, aguardando relator. Explicou que a OAB está lutando por uma reserva de mercado para uma atuação que não deverá ser restrita ao advogado e que tem em mãos a legislação da União Europeia, a qual defende que todo mediador é todo terceiro a quem se pede que leve a cabo uma mediação de forma eficaz, imparcial e competente, independente de sua denominação ou profissão. Ressaltou que o Brasil está

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the left and several smaller ones on the right, some with the number 17 written above them.

indo na contra mão do que se defende em nível internacional, falou que haverá um Fórum em Sevilha na Espanha, em outubro de 2012, considerando importante que o CFP acompanhe. Ponderou também sobre a possibilidade de o CFP convidar um especialista da área para esclarecer ao plenário sobre o tema da mediação e sua amplitude.

Humberto Verona pediu à conselheira Tânia que escreva um documento apresentando a posição do CFP em relação ao assunto e que encaminhe para os conselheiros darem contribuições e depois encaminhar para o relator do projeto. Também como encaminhamento o presidente Humberto Verona pediu para a COTEC enviar e-mails sobre todos os temas para todos os conselheiros, não fazer divisão por temas.

OFICINA DA FORMAÇÃO. Foi decidido que a conselheira Ângela Caniato dará informes sobre o ponto na próxima plenária.

A conselheira Ana Luiza Castro apresentou a proposta do cartaz para o dia 18 de maio, dia nacional do combate ao abuso e a exploração sexual.

O cartaz não foi aprovado e o plenário apresentou a proposta de um cartaz com uma arte mais alegre, tirar a frase "a psicologia sabe escutar esse silêncio e manter "NÃO à exploração sexual.

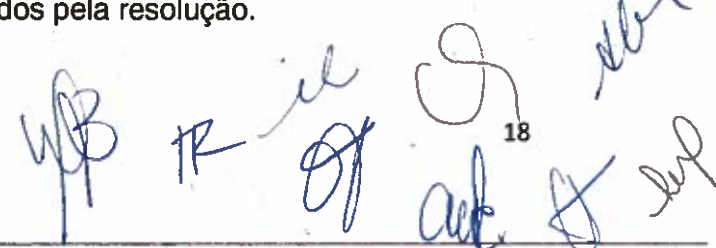
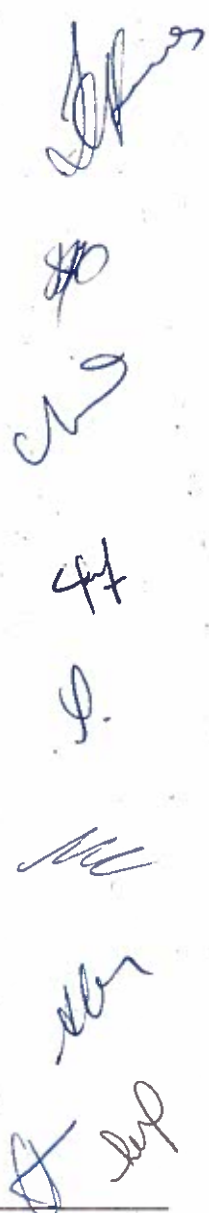
AVALIAÇÃO PARA SABER SE O INSTRUMENTO É TESTE PSICOLÓGICO.

A conselheira Ana Paula Noronha informou que o ponto é remanescente de duas plenárias passadas e que o material referente ao instrumento em questão foi encaminhado para o e-mail de todos os conselheiros. Trata-se do **Questionário Vocacional de Interesses - QVI**, do Rynaldo de Oliveira, publicado pela Editora Vetor. Relatou que esse instrumento chegou à Comissão Consultiva por meio de um questionamento do CRP 08, o qual pediu um parecer para saber se o instrumento é ou não teste psicológico. A Comissão avaliou e entendeu que se trata de teste psicológico, portanto é um instrumento privativo ao psicólogo.

Por unanimidade o plenário aprovou o parecer da Comissão Consultiva.

AVALIAÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS. A conselheira Ana Paula Noronha apresentou outros dois testes psicológicos, ambos de avaliação neuropsicológica, os quais foram avaliados a qualidade dos manuais. São eles:

- **Bateria de Avaliação Neuropsicológica Infantil BANIT.** Este teste foi encaminhado à Comissão Consultiva pelo autor. Após avaliação, a Comissão Consultiva entendeu que este material não tem condições de uso, porque não atende aos critérios mínimos determinados pela resolução.



- **Instrumento De Avaliação Neuropsicológica Breve – NEUPSILIN.** A conselheira relatou que este instrumento está tramitando desde 2001 e tem, como autoras, duas fonoaudiólogas e uma psicóloga e fonoaudióloga. A comissão avaliou e apresentou um parecer afirmando que o instrumento é teste psicológico e encontra-se favorável ao uso, porém informou que as autoras colocaram uma nota na primeira página do manual, após a ficha catalográfica, dizendo que elas discordam da exclusividade desse instrumento para uso da psicologia. Como envolve uma questão ética, a Comissão Consultiva passou o caso para a Comissão de Ética que elaborou um parecer orientando para que o texto que advoga contra as normativas do CFP sejam suprimidas.

Apesar dessa ressalva, os pareceres da Comissão Consultiva para os testes apresentados foram aprovados por unanimidade.

Em relação ao PMK, a conselheira Ana Paula informou que, nesta semana, a Editora Vetor será notificada sobre a suspensão do teste.

POSIÇÃO DO SISTEMA CONSELHOS SOBRE A MARCHA CONTRA A HOMOFOBIA. O conselheiro Celso Tondin lembrou do encaminhamento de elaborar um texto em nome do CFP, mas consultando os conselhos regionais a respeito do tema da marcha "Homofobia tem cura". Apresentou dúvidas de como apresentar esse texto para a Marcha, já que alguns conselhos regionais já têm textos produzidos. Disse que o encaminhamento dado a este ponto, que era solicitar aos regionais os textos, não teve efetivação e que o CRP 05 antecipadamente publicou texto de própria autoria na lista de discussão sobre a diversidade sexual, pautando o CFP.

Humberto Verona sugeriu analisar o texto do CRP 05 e caso ele esteja de acordo com a posição do CFP acerca do mote da marcha nacional, pedir para o CFP assinar juntos, bem como sugerir aos outros regionais que tiverem em concordância que assinem também o texto produzido pelo CRP 05.

Conforme encaminhamento da última plenária, o conselheiro Celso Tondin lembrou que é preciso produzir um texto com o posicionamento do CFP sobre o PLC 122/2006, para ser apresentado no dia 15 de maio, na audiência pública no Congresso Nacional.

COMEMORAÇÃO DOS 10 ANOS DA RESOLUÇÃO CFP Nº 018/2002, QUE ESTABELECE NORMAS DE ATUAÇÃO PARA OS PSICÓLOGOS EM RELAÇÃO A PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO RACIAL. A conselheira Marilda Cástelar pediu para não usar o termo "questões raciais" e sim "relações raciais" em todos os lugares. Informou que o PSINEP será em Recife,

provavelmente nos dias 11, 12 e 13 de outubro de 2012 e o tema até o momento, é "Invisibilidade da resolução 018/2002". Disse que este tema está na pauta da APAF e que uma das propostas é produzir um cartaz sobre essa resolução, reeditá-la e pensar em uma forma de divulgá-la junto à sociedade. Mencionou que a resolução está completando 10 anos, porém a ideia do Movimento Social do PSINEP não é de comemoração, mas sim de invisibilidade, afirmando que a resolução é invisível, não teve divulgação e não chegou às COFs. Informou também que o banner que está dentro do site do CFP está sendo reformulado e que provavelmente será apresentado na próxima plenária. A conselheira falou ainda sobre um Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as)Negros(as), que acontecerá entre os dias 16 a 20 de julho de 2012, para o qual o Movimento Social está conseguindo um espaço para concentrar as atividades da psicologia e pede apoio ao CFP para montar uma mesa que reflita a discussão sobre a resolução. Para a APAF, a conselheira expressou que a ideia é apoiar essa proposta e pensar em como reformular esse tema e o próprio encaminhamento dos 10 anos da resolução, que precisa ter um significado junto à categoria. Disse que, para a II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, o PSINEP tem poucos trabalhos para ter uma praça ou um espaço exclusivo, mas haverá um encontro entre os psicólogos negros e os psicólogos africanos. Há uma mobilização para que o Movimento possa mandar mais trabalhos.

A conselheira Flávia Lemos propôs distribuir cópias da resolução na Cúpula dos Povos; no simpósio e no stand e a conselheira Marilda considerou necessário produzir um cartaz que fale dos 10 anos da resolução, sem falar a palavra comemoração.

Ao falar da invisibilidade, a conselheira Cynthia considerou que se trata na verdade da invisibilidade das relações e não da resolução, demonstrando preocupação de o CFP ficar como responsável por essa invisibilidade e ser apontado pela ineficiência em dar visibilidade a uma resolução que ele próprio publicou. Sugeriu levar para o PSINEP a proposta de discutir os 10 anos da resolução, considerou importante a ideia do cartaz e também para a II Mostra propôs repensar a questão de como funciona o sistema de cotas, recentemente aprovado pelo STF, ponderando que a seletividade também sustenta certas injustiças. Por isso, considerou estratégico com a política das relações étnicas raciais que o CFP rediscuta a questão dentro do Sistema Conselhos na II Mostra.

A conselheira Monalisa Barros concordou com o cartaz, porém com outra linha e com a distribuição de cópias da resolução na Cúpula dos Povos. Informou que dentro da II Mostra foi dado 2 horas de articulação política para cada uma das entidades do FENPB e foi solicitado que cada uma delas informasse o que fariam nessas 2 horas, porém apenas o Instituto Silvia Lane e

a ABRAPEE responderam. Disse que a solicitação do encontro entre PSINEP e psicólogos africanos já foi encaminhado para a comissão organizadora e que o CFP sempre apoiou o PSINEP, assim como sempre apoia todas as entidades da psicologia brasileira que solicita. Ponderou que não pode ser usado o termo reedição da resolução, pois uma resolução só é reeditada quando apresenta problemas. A conselheira lembrou que esse tema é ponto de pauta da APAF, solicitado pelo CRP 02. Para a APAF, sugeriu propor promoção de debates nos conselhos regionais ou debate online com salas em todos eles, buscando ampla participação. Em relação ao Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as), informou que o CFP só poderá apoiar se for oficialmente solicitado.

Em função dos 10 anos da resolução, Humberto Verona avaliou que justifica que o CFP faça um investimento na temática, oferecendo apoio para mais de uma atividade, lembrando que o CFP tem a prática de limitar o apoio solicitado para todas as atividades.

O ponto foi concluído com os seguintes encaminhamentos:

- Não usar mais o termo “questões raciais”, utilizar “relações raciais”.
- O CRP-02 pautou o tema para a APAF. O CFP defenderá que não se fale em comemoração, buscar dar visibilidade à Resolução CFP nº 018/2002, discutir porque a resolução está “invisível”.
- Distribuir cópias da resolução na Cúpula dos Povos.
- Produção de um cartaz para divulgar os 10 anos da resolução, sem dar o tom de comemoração.
- Apoiar o PSINEP.
- Apoio do CFP ao Congresso Brasileiro de Pesquisadores(as) Negros(as), caso seja oficialmente solicitado.
- Oferecer ao o PSINEP duas horas de articulação dentro da II Mostra Nacional de Práticas em Psicologia.
- O CFP deverá sugerir na APAF a promoção de debates nos CRPs ou debate online sobre o assunto na data de aniversário da resolução.
- Apoiar o encontro do PSINEP com os participantes da África na II Mostra nacional de Práticas em Psicologia.

Humberto Verona informou que o conselheiro Celso Tondin encaminhará, por e-mail, o lançamento oficial da campanha contra a medicalização da vida, aprovada por este plenário e esclarecimentos sobre

como fazer a divulgação. No dia 18 de maio será lançada oficialmente a campanha

O presidente Humberto Verona encerrou a reunião às 17h29. Nada mais havendo a tratar, eu, Conselheira Secretária Deise Maria do Nascimento, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

- Humberto Verona do Monte*
1. Humberto Cota Verona _____
 2. Monalisa Nascimento dos Santos Barros *Monalisa Barros*
 3. Deise Maria do Nascimento *Deise Maria do Nascimento*
 4. Aluizio Lopes de Brito *Aluizio*
 5. Heloiza H. Mendonça Almeida Massanaro *Massanaro*
 6. Marilene Proença R. de Souza *Marilene R. de Souza*
 7. Ana Luiza de Souza Castro *Ana Luiza de Souza Castro*
 8. Ângela Maria Pires Caniato *Ângela Pires Caniato*
 9. Ana Paula Porto Noronha *Ana Paula Porto Noronha*
 10. Adriana Eiko Matsumoto *Adriana Eiko Matsumoto*
 11. Henrique J. Leal Ferreira Rodrigues _____
 12. Maria Ermínia Ciliberti *Maria Ermínia Ciliberti*
 13. Marilda Castelar *Marilda Castelar*
 14. Maria Ermínia Ciliberti _____
 15. Celso Francisco Tondin *Celso Francisco Tondin*
 16. Flávia Cristina Silveira Lemos *Flávia Cristina Silveira Lemos*
 17. Tânia Suely Azevedo Brasileiro _____
 18. Cynthia R. C. Araújo Ciarallo *Cynthia R. C. Araújo Ciarallo*